



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE: ENFRENTAMENTO E RESISTÊNCIA DAS NORMAS DE GÊNERO NO
ESPAÇO ACADÊMICO**

ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS

SÃO CRISTOVÃO- SE

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE: ENFRENTAMENTO E RESISTÊNCIA DAS NORMAS DE GÊNERO NO
ESPAÇO ACADÊMICO**

ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do
Colegiado de Curso do Programa de Pós-graduação em
Educação da Universidade Federal de Sergipe como
requisito para aprovação no Exame de Qualificação.

**Orientador: Prof.º Dr.º Alfrâncio Ferreira
Dias**

SÃO CRISTOVÃO- SE

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Adriana Lohanna dos

S237f Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe : enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico / Adriana Lohanna dos Santos ; orientador Alfrâncio Ferreira Dias. – São Cristóvão, 2017.

90 f.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Educação. 2. Ensino superior. 3. Estudantes universitários. 4. Identidade de gênero. 5. Transexuais. I. Universidade Federal de Sergipe. II. Dias, Alfrâncio Ferreira, orient. III. Título.

CDU 378: 316.75(813.7)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS

**FORMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE: ENFRENTAMENTO E RESISTÊNCIA DAS NORMAS DE GÊNERO NO
ESPAÇO ACADÊMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Educação da Universidade Federal de
Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alfrancio Ferreira Dias (Orientador)
Programa de Pós Graduação em Educação / UFS

Prof^a. Dr^a. Maria Helena Santana Cruz
Programa de Pós Graduação em Educação / UFS

Prof. Dr. Rodrigo Dornelas do Carmo
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza
Departamento de Ciências Biológica, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SÃO CRISTOVÃO- SE

2017

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as provações e percalços pelos quais passei para chegar aqui. No entanto, em toda essa jornada da minha vida sempre percebi a presença de um ser tão importante que sempre estava do meu lado, a me dar forças para continuar a caminhada, como também, estava sempre a preparar o terreno da vida para que ao pisar não sentisse a dor das pedras em meus pés e a esta pessoa é a quem devo inicialmente agradecer: O meu senhor Deus.

Agradeço a Deus, também, por ter me dado uma família tão presente e amável como a que eu tenho, pela mãe sempre pronta a me apoiar apesar das dificuldades, por ter me presenteado quatro irmãs lindas, cunhados que hoje tenho como irmãos e meu sobrinho Kauê e minha princesa e sobrinha Alycia que são as alegrias da minha vida. Gente, sem vocês eu não seria nada!

Outrora não poderia deixar de agradecer por todas as pessoas que foram colocadas em minha vida, estas vindas como anjos para me ajudar a crescer e vencer os obstáculos encontrados nessa batalha árdua que é a vida, como também a luta própria que carrego comigo, a luta pelo reconhecimento do meu ser e pelo direito de ser vista como a mulher que sempre fui. Nessa batalha, o senhor meu Deus colocou diversos anjos que a mim se juntaram e que sempre estavam postos a não me deixar cair, não podendo aqui citar todos, coloco aqui alguns destes que são muitos importantes em minha vida.

Ao falar dessas pessoas, quero inicialmente agradecer a minha linda e maravilhosa mãe de cachinhos vermelhos, a professora Márcia Tavares, que primeiro abriu os braços a mim, orientando-me nos momentos iniciais de minha vida acadêmica, ainda na graduação, tão fofa e meiga, sempre disposta a me ajudar, a essa pessoa maravilhosa só tenho a agradecer.

A outra pessoa a agradecer foi a mim apresentada como uma mãe apresenta seu filho a seu novo mestre, essa pessoa é a professora Jesana, apresentada a mim pela professora Márcia quando às vésperas de se despedir da UNIT, como se passasse seu legado e seu bem precioso, a essa pessoa tão importante em minha vida e que passou a ser meu porto seguro ainda na universidade, adotada como mãe, pois estava sempre disposta a me orientar, coloco aqui os meus agradecimentos e meus votos de estima.

No entanto ao lembrar de Jesana, não poderia deixar de agradecer a mais duas pessoas importantes na minha vida acadêmica, as professoras Patrícia e Vânia Biriba, pois é formamos um quarteto fantástico. Estávamos sempre juntas e vocês prontas a me ouvir e dar o apoio, saibam, professoras, adoro vocês por tudo que fizeram por mim, ainda na graduação.

E, chegando aqui neste momento no mestrado, pois a academia é uma escada com degraus a serem galgados, venho inicialmente agradecer a meu tio Aterciano, por ter me dado todo apoio e ter me recebido em sua casa enquanto me preparava para tal momento em minha vida. À minha querida amiga Clara Suzane, pela ajuda dada ainda na escrita do projeto, ao meu querido e fofo amigo Francis Deon Kich pelo apoio nas fases da Seleção.

Quero agradecer aqui também a uma pessoa muito importante no momento da seleção, este que apesar de não se encontrar mais em minha vida, sempre estava ao meu lado me apoiando e me convencendo de que eu era capaz de chegar até aqui, a você meu ex-esposo, querido e amado “Samuel Nunes” quero muito agradecer pelos aprendizados, carinho e apoio.

Pois é, quantas pessoas Deus colocou em minha vida, viram! No entanto, não terminou, nessa minha jornada de vida e militância, Deus me presenteia com lindas amizades, que muitas mais que amigos são anjos em minha vida e a eles aqui também agradeço.

Nesse contexto começo a agradecer a uma pessoa muito querida por mim e que não somente em momentos bons mais truculentos da minha vida estava do meu lado, não somente a me orientar mais também a me dar conselhos como amigo e aqui quero tecer minha grande homenagem ao meu grande e querido “Bofe Escândalo” que é meu orientador Alfrâncio Ferreira Dias. Obrigado por tudo Alfrâncio, pois, apesar de tudo, você foi não somente um orientador, mas um amigo e irmão nos momentos que sempre precisei, sabendo entender os problemas e percalços passados nessa fase da minha vida que nós sabemos que não foram poucos e nem fáceis. Então, quero muito agradecer pelo apoio, amizade e carinho a mim dado, adoro-te, meu lindo e conhecer você foi um presente de Deus.

Não esquecendo, da minha militância e dos momentos importantes vividos por mim nos movimentos sociais, esses tão importantes na minha formação humana, agradeço aqui a toda militância LGBT em nome dos Amigos: Marcelo Lima, que nessa estrada esteve do meu lado me apoiando. Não poderia deixar de agradecer à querida mãe e Amiga Eliana Chagas, que neste processo me prestou não somente apoio moral, mas estava do meu lado sempre que

precisei de um ombro amigo para desabafar e pensar a vida, em nome desses, agradeço indiretamente a todos que fazem esta família grande que é o movimento social LGBT.

Agradeço aos Funcionários do PPGED e a todos os meus professores, em nome desses cito alguns: Maria Helena, Rosana Givigi, Joaquim, Livia Resende, dentre outros que passaram e deixaram suas marcas em minha vida acadêmica.

Como não poderia deixar de esquecer das minhas colegas de classe, em especial agradeço às minha queridas amigas e irmãs Giseliene e Isabel que sempre estavam ao meu lado, dando-me forças para lutar e continuar, apesar das adversidades da vida que passei. Amigas, valeu mesmo pelo apoio, sem vocês, acho que seria muito mais difícil essa jornada.

Por fim, agradeço a todos que direta e indiretamente estiveram presentes na minha vida e que de alguma forma contribuíram para a minha formação, moral, intelectual, ética e de militância. Galera, como não dá para citar todos, mando abraços e beijos para todos vocês, muito obrigada.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOSERTRANS – Associação e Movimento Sergipano de Pessoas Transexuais

DAA- Departamento de Assuntos Acadêmicos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBTQI- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers e Intersexos

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

UFS – Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar o processo de formação e permanência das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe, refletindo sobre suas trajetórias de vida como estudantes universitári@s e as estratégias de enfrentamento e resistências das normas de gênero. A análise desenvolvida é influenciada pelos pressupostos pós-estruturalistas, visto que essa abordagem nos possibilita a desestabilização de rótulos e estereótipos, a partir da problematização e questionamentos das verdades (re) produzidas sobre gênero, sexualidade e desejo, com foco na transitoriedade e na contingência. O texto fundamenta-se nos conceitos de transexualidade (Berenice Bento), gênero e normas de gênero (Judith Butler, Guacira Louro), sexualidade (Michel Foucault e Preciato) Heteronormatividade (Judith Butler, Rogério Junqueira). A abordagem de pesquisa adotada foi a qualitativa no processo metodológico, utilizando estratégias de produção de dados a partir da realização de sete entrevistas narrativas com estudantes de diversos cursos de graduação da Universidade Federal de Sergipe. A partir dos resultados, identificou-se quem são @s estudantes transexuais da universidade e suas trajetórias formativas; provocou a reflexão acerca da descoberta da identidade trans, através do espaço universitário, e como são experienciadas as vivências trans dentro do cotidiano acadêmico. Ainda, foram identificadas as estratégias de permanência e de resistência utilizadas pel@s estudantes transexuais, tais como a negação do uso do banheiro na universidade e o silenciamento dentro das salas de aulas. A pesquisa também apontou as políticas institucionais voltadas para as pessoas trans e sua aplicabilidade, como por exemplo, a portaria que autoriza o uso do nome social e a criação e implementação do Ambulatório de atendimento a pessoas transexuais (Ambulatório Trans), no Campus de Lagarto. Como política de enfrentamento e resistência às normas de gênero, a presença de estudantes transexuais possibilitou o surgimento de coletivos ativistas na Universidade Federal de Sergipe, contribuindo para socialização dos saberes trans a partir de reuniões e eventos, como a Semana da Visibilidade Trans. Portanto, conclui-se que, ao refletir acerca das narrativas formativas de estudantes transexuais na Universidade Federal de Sergipe, faz-se necessário desfazer ideias preconcebidas sobre corpo, gênero e sexualidade, para que possamos não mais analisar os corpos, os gêneros e as sexualidades das pessoas transexuais, mas aprender a partir deles.

Palavras-chave: Ensino Superior. Estudantes Transexuais. Gênero. Transexualidade.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. O Gênero e suas marcas em minha vida	10
1.2. Pressupostos teóricos da pesquisa	14
1.3. Pressupostos metodológicos da pesquisa	23
 2. CAPÍTULO I – Saberes, práticas e discursos d@s Estudantes Trans e sua trajetórias formativas	28
2.1. Quem são @s estudantes trans da UFS ?	29
2.2. Trajetórias formativas das participantes	35
 3. CAPÍTULO II- DIFICULDADES E ALTERNATIVAS DE PERMANÊNCIA D@S TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.....	41
3.1. A descoberta da identidade trans através do espaço universitário.....	42
3.2. Vivências trans e cotidiano acadêmico	46
3.3 – Banheiro como espaço de inclusão/exclusão e estratégias de sobrevivência	51
3.4 – Movimento Trans na Universidade como Resistência as normas de gênero	57
 4. CAPÍTULO IV - POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À POPULAÇÃO TRANSEXUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.....	60
5- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	70
6- REFERÊNCIAS.....	74
7- ANEXOS.....	76

1. INTRODUÇÃO

1.1 - O “Gênero” e suas Marcas em minha vida”

Masculino, feminino, homem, mulher, menino, menina, palavras que “marcam”, “encaixam”, definem, todos nós mesmo antes de nascermos. E porque não citar “Bicha”, “Veado”, “Boiola”, “Mulherzinha”, “Veadinho”, “Traveco”, “Trava”, “Travesti”, “Transexual”, palavras que além de marcarem, também causaram danos irreparáveis em minha vida, no entanto, fizeram-se como base, alicerce e construto em minha história de vida sendo, portanto, o “Gênero” o arcabouço estrutural responsável por despertar esse ser que vos fala, conhecido por Adriana Lohanna.

Assim, como todo corpo, antes de nascer já carregava em mim as marcas do gênero que outrora determinava a vinda de um novo “Menino” na família ao qual se chamaria Adriano, filho esperado depois de minha mãe ter perdido dois outros meninos. Ela fez tratamento para eu poder vir ao mundo e para custear tal tratamento meu pai, ansioso por um filho, vendeu um terreno, não sabendo eu que futuramente tal venda seria a mim lembrada, em diversos momentos quando minha família e, principalmente, meu pai descobrisse que eu não era realmente quem eles pensavam que eu fosse.

Tive uma infância normal como a de qualquer menino, filho de um vigilante e uma professora, vivia com minha irmã, dois anos mais nova, ao qual dividia minhas primeiras transgressões com relação ao gênero a mim determinado. Foi por volta dos seis a sete anos de idade que, ao ver a maneira com a qual minha mãe vestia minha irmã, comecei a pensar o porquê de eu não poderia vestir da mesma forma. Ali, descobri que nossos corpos são marcados e determinados a partir da relação da sociedade, cultura e do nosso sexo biológico. Ao me perguntar o porquê de não poder ser igual à minha irmã, chegava à conclusão de que o fato era por eu ser um menino e tal característica estava “apregoadá” em meu corpo mais precisamente entre as pernas.

Nesse momento da minha vida, diversas perguntas surgiram em meu imaginário. Queria saber por que não poderia ser menina, queria saber por que não me sentia igual aos outros meninos, queria saber por que me sentia um “menino” diferente e por fim, queria saber por que eu fui determinado como menino e não como menina. Foram a tais perguntas, como esperado, não encontrei respostas tão cedo.

Fui crescendo e as transgressões com relação ao gênero esperado que eu vivenciasse começaram a se expor, ainda na infância. Fui chamada de “mulherzinha”, por não querer brincar com os meninos e sim com as meninas, de “veadinho”, por gostar de coisas tidas como femininas e claro, muitas das vezes, de menino afeminado, coisas que já sabia que era, outrora não entendia o porquê.

Por ter um comportamento diferente dos outros meninos, começaram as coerções e com elas as “marcas” das surras e agressões que sofria do meu pai, ao saber das “fofocas” e “boatos” que chegavam da escola. Foi a cada chinelada, chicotada e xingamento que ouvi do meu pai, que me fez entender o quanto seria difícil viver o que tanto gritava dentro de mim. Foi assim que descobri minha transexualidade, antes mesmo de entender o significado das palavras citadas acima, inclusive da própria transexualidade. Eu já tinha certeza de que eu era tudo aquilo, mesmo sem entender o que significava ser tudo isso.

A partir dos olhares de familiares, já percebia o quanto me viam “diferente” e tão parecido com um tio que eu tinha também “viado” que morava na capital do estado e assim fui crescendo, apanhando do meu pai, ouvindo que se eu fosse igual ao meu tio, ele me mataria.

Na escola, sempre fui uma das melhores alunas e sempre a procurada para organizações de gincanas, arrumação dos espaços da escola para momentos comemorativos e coisas do tipo. Sofri na pele (literalmente) a dor de se comportar contrariamente às regras ou normativas de gênero determinadas ao meu corpo. Por muitas das vezes eu apanhei dos colegas, fui criticado por professor@s¹ que a todo momento mandavam eu ter juízo e mudar “esse meu jeito”. Eu não era entendida por todos que ali estavam, sabia que era mesmo “aquilo” que eles diziam, mas não consegui lutar contra, pois vinha de dentro e era muito mais forte do que eu.

O ensino médio chegou e o tratamento na escola não mudou muito, pelo contrário piorou. Neste momento de minha vida, fui muito violentada por um colega de classe. A escola era um inferno e eu parecia ser o corpo ao qual eles poderiam extravasar suas raivas. Eram xingamentos, puxões de cabelo, agressões, assédios morais e sexuais (no banheiro), dentre outras situações pelas quais passei. O interessante em tudo isso é que a equipe diretiva da escola e professor@s naturalizavam tudo e, a cada dia, eu me preparava para mais uma jornada vespertina, ou noturna ao qual não sabia se sairia ilesa.

¹ Ao longo do texto, utilizo a grafia “@” em lugar dos artigos o/a, por estes fixarem o gênero em duas vertentes somente, desconsiderando outras possibilidades de viver e estar no mundo.

Foi no ensino médio que tive mais abertura para entender o que seria a homossexualidade e ter certeza que isso nada tinha a ver comigo. Seguia firme e depois que fora abusada sexualmente pelo colega de classe que outrora tanto me agredia, comecei a querer entender a cabeça dele e comecei minhas pesquisas sobre a sexualidade.

No transcurso do ensino médio para a primeira graduação em Letras, meu pai adoece, faz uma cirurgia, fica em coma e volta sem memória. Neste momento pensei que o universo estivesse me dando uma chance para poder dar voz ao corpo preso dentro de mim. Decido então assumir minha transexualidade com quase 20 anos de idade, começando assim as mudanças no meu corpo e na minha vida, em um espaço social totalmente heteronormatizado, em uma cidade com menos de 20.000 habitantes morando em um povoado com menos de 200 famílias. Foi muito difícil!

Quanto mais o tempo passava, mais as experiências de ser um corpo transgressor se tornavam inéditas, sofridas e reflexivas. Adentrei na minha segunda graduação no curso de Serviço Social, numa universidade privada de Sergipe, espaço onde pensava encontrar respostas para muitas perguntas que perpassavam a minha cabeça e onde pensei ser respeitada por ser este também um local de produção de conhecimento, pelo contrário, foi onde mais sofri a dor de ser “diferente”, pois ali era vista como uma “criminososa” que adentrou um espaço proibido. Naquela universidade, vivi todas as formas de coerção social e preconceitos “velados” possíveis de minha vida, ao ponto da instituição chegar a proibir o meu acesso ao banheiro feminino como forma de regulação e adequação do meu corpo, naquele momento “desviante”.

A partir deste momento criei forças e comecei minha luta pelo respeito e visibilidade do meu verdadeiro eu. Gritei para todos os cantos o sofrimento ao qual estava passando e, naquele momento, estava sendo cooptada para a militância e ativismo mesmo sem saber, na busca pelo entendimento pela diversidade sexual.

Acabo militando no movimento estudantil de Serviço Social, sendo a primeira pessoa trans² a ocupar cargo na Executiva Nacional do movimento. Aos poucos, me vi totalmente engajada na militância de Direitos Humanos e LGBT e, é claro, com isso veio a sede de conhecimento sobre o assunto como forma de autoafirmação, conhecimento e também como busca de subsídios para minha luta.

Passei a ser vista como um exemplo de superação e resiliência, sendo a primeira transexual Assistente Social de Sergipe. Trago feridas muito grandes na alma e na vida, mas

² Utilizo o termo “Pessoa Trans” para me referir as pessoas transexuais, travestis e transgêneras.

trago também a força para lutar e para buscar o conhecimento. Foi a busca pelo respeito à minha identidade de gênero que me fez, de forma inovadora, buscar um processo de mudança de nome e sexo sem ter feito cirurgia, sob a ótica de que não somos definidos prioritariamente pelo nosso sexo biológico e, enfim, venci.

Tempos depois, fui nomeada através de concurso público para o cargo de professora dos anos iniciais do ensino fundamental, em um município do interior do estado, começando a realizar meu grande sonho. Contudo, não demorou muito para que eu começasse a ser questionada por discursos heteronormativos.

Mais uma vez sofreria as marcas da transgressão em minha vida e, dessa vez, não fugiria da perseguição, iria enfrentar todas as formas de preconceitos nas relações de trabalho. Esse processo dolorido me fez entrar num quadro de depressão grave, tendo inclusive que me afastar das atividades docentes. Como uma estratégia de sair da crise, voltei a estudar, prometendo para mim mesma que passaria na seleção de ingresso para o curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, (UFS). Minha compreensão naquele momento foi a de que eu poderia contribuir, de alguma maneira, para visibilizar ou propor discussões acerca das pessoas transexuais no campo da educação, sendo aprovada para ingresso na turma do semestre de 2016.1.

O que me traz a pesquisar sobre as questões de gênero e transexualidade é a necessidade de saber como as marcas destes estereótipos agem em outros corpos denominados trans na universidade. A ideia é saber como se dá o acesso, o processo de formação e as políticas de permanência das pessoas trans na universidade. Faz-se necessário, entender os porquês do número pequeno de pessoas trans no ensino superior e as quais as estratégias encontradas por ess@s estudantes para driblar os dispositivos e discursos normalizadores de gênero no contexto universitário.

As discussões acerca da temática da transexualidade têm avançado nas ciências humanas. Especificamente, considero importante destacar dois estudos em nível de doutoramento como exemplo desse processo. O primeiro é a pesquisa desenvolvida pela professora trans Luma Nogueira de Andrade (2012), na qual analisou a presença de pessoas trans nas escolas de educação básica, investigando como se dá o processo de escolarização e de resistências de alunas travestis no contexto da educação básica. O segundo é o trabalho de Neil Franco (2014) que analisou as trajetórias de professoras trans no contexto escolar, refletindo acerca dos caminhos e obstáculos percorridos no exercício da profissão docente.

Compreende-se a importância do tema para ampliar e fomentar novas discussões, bem como produzir acervo para futuras pesquisas, uma vez que a bibliografia que versa sobre a temática ainda precisa ser ampliada. Acredita-se também, que a realização da pesquisa, por si só, suscita indagações, inquietações, contribuindo para visibilizar as discussões acerca da transexualidade e o enfrentamento à transfobia. Assim, pretendo contribuir com este trabalho, para o desenvolvimento das linhas de investigação no campo da educação que se interessem em investigar as pessoas trans em seus processos de formação. Essa é a principal contribuição do presente trabalho.

Portanto, diante disso, elaborei a seguinte questão de pesquisa: *Como é dada a trajetória educacional e formativa de pessoas transexuais na graduação da Universidade Federal de Sergipe?*

O objetivo geral foi analisar o processo de formação e permanência das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe, refletindo sobre suas trajetórias de vida como estudantes universitári@s e as estratégias de enfrentamento e resistências às normatizações de gênero. Elegeram-se como objetivos específicos: identificar e caracterizar as pessoas transexuais que se encontram matriculad@s na Universidade Federal de Sergipe; refletir sobre as trajetórias de vida das pessoas transexuais em processo formativo; analisar as dificuldades na permanência das pessoas transexuais na universidade; verificar as alternativas utilizadas pel@s estudantes transexuais como forma de resistência social e de permanência na UFS; identificar as políticas educacionais institucionais que visem favorecer inclusão e permanência das pessoas trans na graduação.

1.1 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Qual é o gênero de uma pessoa trans? Pergunta que muitas pessoas fazem, mas difícil de ser respondida já que a existência de um corpo trans na sociedade questiona a hegemonia heterossexual, a cisgeneridade³ e o modo de ver e perceber a construção de gênero pelas pessoas, pois traz à tona algo diferente do que a norma heterossexual (re)produz.

Vivemos em uma sociedade onde os termos menino, menina, homem, mulher, masculino e feminino permeiam o universo das nossas vidas antes mesmo de nascermos. Corpos que são “encaixados” em estereótipos e demarcadores de gênero são também, condicionados a partir da ideia de que a “sexualidade normal e natural é a heterossexual”

³ Podemos entender como cisgeneridade, a identidade de gênero das pessoas, onde a experiência interna e individual do seu gênero está em consonância com o sexo atribuído em seu nascimento.

(BENTO, 2008, p. 33). Neste processo, os corpos são demarcados e possuir um gênero significa ter entrado numa relação heterossexual de subordinação (BUTLER, 2014), incorporando maneiras e formas de vivências constituídas a partir da relação de poder exercida em nossos corpos através dessa demarcação. Assim, o corpo trans, por não seguir essa apresentação binária e heterossexual, transcende e foge à regra desse processo de identidade social.

Segundo Scott (1985, p.86), o gênero é “Um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (...) uma forma primária de dar significados às relações de poder”.

Partindo da compreensão de que gênero e sexo não são sinônimos, sendo o sexo, o aparelho genital e gênero uma “tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais” (PRECIADO, 2014, p.29) pelo qual a produção e a normalização do masculino e feminino se manifestam, torna-se necessária uma maior divulgação dos estudos que trabalham a visibilidade de outras identidades, além da heterossexualidade.

Os processos identitários são entendidos como os modos de ação e de discurso que implicam os sentidos sociais e culturais (CRUZ; DIAS, 2015). Justifica-se que a diferenciação entre os sexos é, na verdade, uma construção social de papéis destinados a homens e mulheres, que neste viés, produz no espaço social corpos masculinos e corpos femininos, os quais, toda e qualquer forma de fuga desse padrão é deslegitimado.

Conforme Miskolci (2013, p. 46-47), a heteronormatividade ou cisnormatividade é a “ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas, dirigidas principalmente a quem rompe as normas de gênero” (MISKOLCI, 2013, p. 46-47). Nesse contexto, ao colocar e definir a cisnormatividade Vergueiro (2015, p. 57), coloca que,

O conceito de cisnormatividade pode estar englobado pelo conceito butleriano de heteronormatividade: ao definir as identidades de gênero ininteligíveis – ou cuja existência é afronta a normatividades – como “aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’”, e a identidade de gênero como “uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”.

Portanto, os corpos ou pessoas que contradizem a cisheteronormatividade são vítimas de vigilância e coerção por parte da sociedade. A heterossexualidade é também uma construção social, podemos entender que há outras possibilidades de orientações sexuais como a homossexualidade: atração sexual e afetiva pelo mesmo sexo/gênero; a bissexualidade: atração sexual e afetiva pelo mesmo sexo/gênero e pelo sexo/gênero oposto.

Para Bento (2008, p. 32), “As reiteraões que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo”, pois causam dor, sofrimento e exclusão dos corpos que divergem da “normalidade” e são caracterizados por conflitarem com as normas de gênero, e ainda conclui que,

“A bicha, o sapatão, o afeminado, “@ transexual (grifo meu)” são essenciais para realimentar a heterossexualidade, por não serem estranhos, externos a ela, mais porque constitui (...) a diferença que gera aquilo que ela proíbe, “tornando possível a própria coisa que ela torna impossível” (BENTO, 2008, p.32)

Então, torna-se indispensável entender como campo importante de discussão que a “identidade de gênero”, entendida como o “gênero com o qual a pessoa se identifica” (JESUS, 2012), pode ou não concordar com o gênero e o sexo ao qual foi atribuído a si, no nascimento, trazendo à tona a experiência transexual caracterizada pela pessoa que vivencia a identidade de gênero em desacordo com o sexo definido ao nascer, o que leva a caracterizar como,

Uma experiência identitária, que está relacionada à capacidade dos sujeitos construírem novos sentidos para os masculinos e femininos. É uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais/anormais” e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais (BENTO, 2008, p.19-20).

O corpo trans ou a pessoa transexual representa a contradição e a queda de um [c]istema de gênero binário e heterossexual, comprovando a partir de sua existência a possibilidade de refutação da heteronormatividade compulsória.

Provando não ser a mesma, uma origem natural que funda os corpos e sim uma tecnologia social, evidenciando a possibilidade da ruptura das normas e expressões de gênero, que a partir da performatividade desses corpos prova-se a possibilidade de outras formas de existências e vivências da sexualidade e do gênero, para além do masculino e feminino, pois o “gênero é internamente instável, e a vida dos transgêneros são evidencia da quebra de quaisquer linhas de determinismo causal entre sexualidade e gênero” (BUTLER, 2014, p.270).

Considerando ser a vivência transexual uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero, é importante colocar que devido a tal posicionamento em sociedade, tais indivíduos são cotidianamente expostos à exclusão, devido à condição de transgressão. Bento (2011, p. 554) afirma que,

São múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições.

Ao se colocar nessa “posição de risco”, ou seja, ao assumir a transexualidade, a pessoa transexual declara para a sociedade a sua existência como “diferente”, sendo vista como um ser desviante. A pessoa transexual mostra ser uma resposta ao sistema que organiza a vida a partir da produção de sujeitos “normais”, e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais (BENTO, 2008).

Nesta premissa, a existência da transexualidade e de outras experiências transitórias entre os gêneros nos mostram que não estamos obrigados a cumprir a norma colocada e destinada aos nossos corpos, mas que, “existem corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedecem às normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas” (BENTO, 2008, p.31). Essas normas encaixam, modelam e doutrina os corpos em nossa sociedade e a todo momento reprimem outras possibilidades de existências e vivências do gênero e da sexualidade.

Um espaço onde a reprodução destas normas se torna evidente em nossa sociedade é na escola, espaço muitas das vezes caracterizado como local de normatização estatal, fabrica sujeitos e forma cidadãos. No entanto, quanto a discussão acerca da sexualidade, esta tende a reproduzir o ideário do gênero como uma construção binária e heteronormativa, produzindo corpos sexuados definidos a partir de uma única possibilidade de sentido identitário: a heterossexualidade. As pessoas aprendem sobre sexualidade ouvindo injúrias com relação a si próprias ou com relação aos outros. Na escola, quer você seja a pessoa que sofre a injúria, é xingada é humilhada; quer seja a que ouve ou vê alguém ser maltratado dessa forma, é nessa situação da vergonha que descobre o que é a sexualidade (MISKOLCI, 2013, p. 33-34).

O processo educativo e a reprodução dos valores sociais estão intrinsicamente ligados, nesse espaço, o gênero, portanto, é construído a partir de uma matriz cultural que determinam posições adequadas a homens e mulheres em sociedade, instituída a partir de leis proibitivas, que regulam os corpos e a sexualidade a partir da ideia de que, a sexualidade normal e natural é a heterossexual (BENTO, 2008). Os “desviantes” da norma acabam sendo vítimas de todo o processo de discriminação e violência com vistas à correção e imposição da heterossexualidade compulsória. Neste limiar,

A maioria das crianças e adolescentes – em uma busca compreensível de aceitação e sobrevivência- aceita ou se deixa moldar pelas demandas educacionais cujo conteúdo normativo violento – mais frequentemente do que gostaríamos de constatar – não é reconhecido nem mesmo pelos educadores/as como algo a ser discutido e questionado (MISKOLCI, 2013, p. 12)

A falta de interesse e desconhecimento por parte d@s profissionais da educação acerca da possibilidade de expressões identitária, além da heteronormatividade, nos mostra o quantos instituições de ensino ainda necessitam avançar no tocante à necessidade de lidar com a diferença e a pluralidade. Algumas instituições, como a escola e, muitas das vezes, as universidades funcionam como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e da heteronormatividade que, infelizmente tendem a inculcar e disseminar valores preconceituosos que engendram formas diversas de desigualdade social.

O preconceito, a discriminação e a violência que, nas instituições de ensino, atingem gays, lésbicas, bissexuais, e intersexuais e lhes restringem direitos básicos de cidadania, se agravam em relação às travestis e @s transexuais. Na escola os meninos com performance corporal feminina e meninas com performance corporal masculina, pessoas andrógenas ou outras possibilidades que se destoem do gênero esperado socialmente são os alvos das injúrias e outras formas de violência no espaço escolar. Conforme Miskolci (2013, p.35),

A recusa violenta de formas de expressão de gênero ou sexualidade em desacordo com o padrão é antecedida e até apoiada por um processo educativo heterossexista, ou seja, por um currículo oculto comprometido com a imposição da heterossexualidade compulsória.

A sexualidade, o desejo, as identidades e a diversidade de expressões do gênero são questões que permeiam o cotidiano dos espaços educativos, no entanto não são discutidas cotidianamente. Discutir a forma como o currículo da educação é posto, perpassa pelo entendimento de que o mesmo segue normas e diretrizes que correspondam às expectativas da regulação dos corpos a partir de um modelo social, que através da heterossexualidade controla e produz o gênero. Este passa a ser uma “sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas e escolares, e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres” (BENTO, 2008, p. 40).

Neste sentido entende-se que todo o espaço da universidade e seu entorno é um espaço de regulação de gênero, pensando não a partir de sua estrutura como espaço de formação a partir dos recursos humanos e pessoal, mas também a compreender que sua estrutura arquitetônica

também pode ser caracterizada como uma tecnologia de gênero, podendo exemplificar tal assertiva a partir da ideia de binarismo, posta pelo banheiro como cita Miskolci, (2013, p. 41)

Banheiro público, como a escola, é uma tecnologia de gênero, que merece ser repensada. Divisões arquitetônicas são algumas das formas que a sociedade encontra de colocar cada um no seu quadrado e, sobretudo, no caso do banheiro, no seu lugar dentro do binário masculino e feminino.

Ao discutir o espaço arquitetônico como tecnologia de gênero, podemos perceber que não há espaço para expressões que não coadunem com a matriz cultural heteronormativa e binária na escola, pois neste espaço, as posições masculinas e femininas são instituídas a partir de normas que regulam e determinam a impossibilidade de existência fora de seus moldes. Tal regulação “suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (BUTLER, 2003, p. 41).

A partir da supressão e da possibilidade de visibilidade destes corpos a heteronormatividade, entendida como o “conjunto de valores, normas, dispositivos, e mecanismos que definem e impõem a heterossexualidade como a única forma natural e legítima de expressão identitária e sexual” (CARVALHO et al., 2016, p.13), exerce seu poder compulsório e violento.

A sexualidade é constituída a partir dos discursos que levam, a desumanização do ser humano, sendo a instituição de ensino, uma das instituições centrais nesse processo (BENTO, 2008). Nessa perspectiva, a pessoa transexual acaba por ser vítima de violência pelo simples fato de fugir a norma, o que leva não a “evasão” e sim a “expulsão”, pois ao levantar com maior precisão as causas que levam a pessoa trans a não frequentar o espaço educativo, teremos como dilema principal a intolerância alimentada pela transfobia⁴.

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada —transfobia. (JESUS, 2012, p. 2-3).

⁴ Transfobia é o “preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis” (JESUS, 2012, p. 29).

Por intermédio da transfobia e de outras formas de discriminação, as pessoas transexuais são excluídas da sociedade vivendo em sua grande maioria à “margem”, sendo marginalizadas e tratadas como seres não detentores de direitos e de respeito. Nesse sentido, são múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores (BENTO, 2011).

As agressões físicas, verbais ou mesmo psicológicas são reproduzidas na escola/universidade e em outros espaços de socialização e uma vez introjetadas, “pode conduzir a pessoa a se sentir envergonhada, culpada e até merecedora da agressão sofrida” (JUNQUEIRA, 2009, p. 27), sendo comum profissionais da educação, segundo o autor, declararem não saber agir quando um aluno é agredido por afirmar ser transgênero.

Na universidade em várias situações, alguns/mas estudantes são influenciad@s pelo discurso da cisheteronormatividade e passam a recriminar aquel@s que não se encaixam nesse dito padrão. Eu mesma fui um exemplo desse contexto. Exclui-se assim, todos os corpos que divergem desta norma como também, todo ser tido como diferente, dos grupos de estudos, das rodas de discussões, das atividades de lazer etc. Essas violências são “expressões do heterossexismo, da forma como somos socializados dentro de um regime de terrorismo cultural” (MISKOLCI, 2013, p.34), que a todo momento dita as formas e expressões de ser, agir e se comportar em sociedade, uma característica presente em nosso contexto social que inscreve nos corpos uma maneira de viver tida como normal e correta.

Berenice Bento (2008) ao discutir tal temática, coloca que o motivo principal de as pessoas travestis e transexuais abandonarem a escola (e muitas das vezes não acessarem o ensino superior) é o fato delas não suportarem as violências cotidianas sofridas nesse ambiente que reproduz esse “terrorismo” e a todo o momento cenas/atos de violência às pessoas transexuais de diversas formas, seja inicialmente não respeitando a sua identidade de gênero, não garantindo o direito do uso do nome social, como também naturalizando muitas das vezes diversas formas de segregação e violências.

A sexualidade, compreendida como um aparato, permiti que o estado e as instituições nos controlem por meio daquilo que Foucault denominou “pedagogização do sexo”. Não obstante, a partir da necessidade de desestabilizar as normas de gênero impostas pela heterossexualidade, e por esta pedagogização arbitrária, vê-se necessária a desconstrução de

valores historicamente construídos pela escola e pela educação, construindo uma nova política de gênero que possa repensar tais valores e visibilizar os invisíveis.

A teoria “Queer”, surgida como um impulso crítico em relação à ordem sexual contemporânea (MISKOLCI, 2013), traz à tona a necessidade de despatriarcalizar as relações sociais e de se pensar a estrutura do gênero como algo cultural, dando espaço para se discutir a possibilidade e emergência de um gênero fluído diverso e performático, que coloca em xeque toda uma construção identitária pautada na heterossexualidade compulsória, permitindo outros olhares sobre a sexualidade.

Dessa forma, para Butler (2003, p.53), a “construção de uma identidade sexual coerente, em conformidade com o eixo disjuntivo feminismo/masculino, está fadado ao fracasso”, pois a partir da visibilidade de outras maneiras de vivência e expressões do gênero e da sexualidade a sociedade entenderá que a heterossexualidade não é a única maneira de viver e existir em sociedade.

Pensar o gênero a partir da teoria queer é refutar a noção de “verdade” do sexo, produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades por via da matriz de normas de gênero coerentes (BUTLER, 2003), confrontando toda e qualquer norma que encaixe o indivíduo na tríade sexo, gênero e heterossexualidade, pois,

A matriz cultural por intermédio de qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero” (BUTLER, 2003, p. 39).

Com base na discussão da inteligibilidade, Butler nos mostra que a heteronormatividade permeia-se na efetividade da tríade gênero/sexo/prática sexual heterossexual, sendo assim excluídas as identidades que não vivenciam tal tríade. A teoria queer vem refutar tal modelo hegemônico de gênero, sendo importante colocar a representatividade dada por tal teoria a transexualidade e as demais formas de vivências historicamente subalternizadas da sexualidade humana, que tem como um dos seus eixos os estudos dos mecanismos históricos e culturais que produzem as identidades patologizadas que inverte o foco de análise, o indivíduo x as estruturas sociais.

Nesse sentido, ao discutir sobre a temática João Manuel de Oliveira (2017, p. 145) coloca que,

Encontramo-nos no campo *queer*, cuja constituição corresponde à opção de um modelo não identitário, relativamente a géneros e sexualidades, recusando o binarismo institucionalizado (...). As afirmações *queer* denunciam a ordem de género heterossexual, são uma estratégia de resistência

A teoria queer nos ajuda a pensar sobre os discursos, as experiências e vivências de pessoas que sofrem na “pele” o estigma da humilhação social, estas frequentemente xingadas, violentadas e humilhadas por não se adequarem a uma normatividade de género compulsória. Segundo Oliveira (2017, p. 116) “encontramos aqui outro paralelismo com o movimento queer – ir entender os processos de heterossexualização do mundo e desconstruí-los” (OLIVEIRA, 2017 p. 116), sendo necessário, a partir deste processo, superar a ideia de que a sociedade apenas se divide na binaridade hétero/homossexual. É importante extrapolar tal debate, “à medida que habilita as pessoas transexuais e travestis, as drag queen, os drag king, as lésbicas, os gays, os bissexuais, enfim, os designados pela literatura médica ou pelas ciências psi como sujeitos transtornados, enfermos, psicóticos, desviados, perversos” (BENTO, 2008, p. 41), dando espaço para o “existir” dessas pessoas em sociedade, contrapondo-se a cada momento ao terrorismo cultural que prega a hegemonia da heterossexualidade visibilizando assim os corpos “diferentes” e mostrando a possibilidade da diversidade sexual e de género;.

Portanto, podemos pensar o *queer* como uma reação, uma oposição a tudo que é considerado normativo. Tal conceito vem priorizar uma diversidade de práticas e vivências, um estilo de vida que traz à tona múltiplas existências, pertencimentos e identidades tanto sexuais como de género, propondo assim a perspectiva de que não “existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida” (OLIVEIRA, 2017, p. 124).

É partir dessa visão que podemos pensar uma educação onde existe a igualdade de acesso e permanência a todas as pessoas, sejam elas de qualquer identidade de género, orientação sexual ou as que não se encaixam em nenhuma dessas categorias. É importante pensar em uma escola como verdadeiramente um espaço de socialização não somente de saberes mas de vivências e de experiências, no qual os corpos sejam eles trans ou “cisgéneros⁵” possam transitar em situação de igualdade.

Assim, ao se pensar o estudo da universidade como espaço de formação para as pessoas transexuais é necessário escolher conceitos prévios, pois servirão de guia para a

⁵ Conceito que “abrange as pessoas que se identificam com o género que lhes foi determinado antes ou quando de seu nascimento” (JESUS, 2015, p. 95).

análise do objeto estudado. Um dos primordiais e principais conceitos para delimitar o eixo da pesquisa é o conceito de Gênero, importante, pois, demarca inicialmente o espaço do feminino e do masculino na sociedade o que nos leva a entender inicialmente o porquê da heterossexualidade compulsória e da segregação dos corpos “desviantes” da norma.

Outro conceito importante e que nos permitiu pensar sobre a reprodução da norma heterossexual vigente e as relações de poder existentes nesse processo é o de Normas de Gênero, esse de suma importância para a referida pesquisa, pois a partir dele foi possível entender como os corpos são produtos do terrorismo cultural, que inscreve neles o que a hegemonia heterossexual determina.

A Transexualidade é o conceito chave para o caminhar da pesquisa. Introduzido nesta pesquisa a partir dos escritos de Berenice Bento, nos traz a percepção dos corpos Transexuais como corpos que emergem a norma de gênero hegemônica e heterossexual, e transcendem na sociedade para se opor a heterossexualidade compulsória, provando que a mesma está fadada ao fracasso e que a presença de tais corpos borram a todo momento a heteronormatividade.

Recente e muito discutido na atualidade, os estudos *queer* é uma das fontes utilizadas nesta pesquisa, pois ajuda a pensar as pessoas transexuais como corpos possíveis na universidade, corpos que estão ali para desestabilizar a norma heterossexual, trazendo a possibilidade de pensar esses corpos como políticos, os quais podem estar em trânsito, mas que suas performances nos ajudam a repensar a norma a todo momento.

Todos os conceitos citados acima e alguns outros foram de primordial importância no entendimento do objeto pesquisado, bem como para traçar um caminho a ser percorrido não só para a análise dos dados, mas para justificar os resultados obtidos no decorrer da pesquisa e para dar respostas ao problema de pesquisa proposto e aos objetivos da mesma.

1.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A escolha de pesquisar e analisar as trajetórias de formativas das pessoas transexuais na universidade a partir da perspectiva pós-estruturalista traz a possibilidade de desestabilizar alguns rótulos e estereótipos, com vistas a apontar possíveis direções ou encaminhamentos para as questões vislumbradas na pesquisa.

Empreender tal escolha teórica implica também em lidar com contradições, deixar de lado a lógica da dialética que supõe a síntese e a superação da contradição, resistindo assim a

operar com a possibilidade de verdade, pois, “somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes” (LOURO, 2007, p. 240).

Nessa perspectiva, utilizamos a abordagem metodológica qualitativa por “considerar a necessidade de um conjunto de técnicas interpretativas para expressar o sentido dos fenômenos sociais e a compreensão dos significados das ações e relações humanas” (DIAS, 2014, p. 32). Tal abordagem contribuiu para a compreensão dos sentidos e significados atribuídos pel@s participantes da pesquisa, na medida em que as definições das relações sociais influenciam a condição social que pertencem a determinada classe ou grupo social (DENZIN, 2006; MINAYO, 1994).

Outro aspecto relevante da abordagem qualitativa é que ela se aproxima da perspectiva dos estudos culturais, nos quais os estudos sobre corpo, gênero e diversidade sexual também se inserem. Ainda utilizará a abordagem pós-crítica, por entender ser, uma abordagem teórica metodológica flexível (GASTALDO, 2014) e por dar uma maior abertura à exploração de modos alternativos de pensar e utilização de diversos meios e instrumentos para a realização da pesquisa.

A abordagem qualitativa é de suma importância no desenvolver desta pesquisa, pois supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, por meio do trabalho intensivo de campo. Além disso, contribui para que @s participantes da pesquisa estejam mais à vontade para dar sua contribuição à pesquisa e prestar maior abertura ao pesquisador para trabalhar as subjetividades e identificações, pela necessidade de respeitar o tempo de cada participante, suas trajetórias, numa perspectiva relacional, entre o pesquisador e o objeto pesquisado.

A partir das possibilidades encontradas no uso desta abordagem foi possível um contato mais próximo com @s participantes da pesquisa, podendo assim deixá-las mais à vontade para discursar sobre suas experiências de vida, possibilitando assim a discussão sobre temas polêmicos no campo universitário como o próprio respeito à identidade de gênero, o uso do nome social, e a negação do acesso ao banheiro adequado ao seu gênero.

A referida pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, sob o parecer de número 1.87392, seguiu a resolução do Conselho Nacional de Saúde de nº 466 de 12 de dezembro de 2012 que versava sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. O roteiro de entrevista utilizado foi previamente aprovado pelo referido comitê antes do início das atividades de

campo, como também fora informado a tod@s participantes sobre os riscos e benefícios desta atividade para @s mesm@s.

Como estratégia de coleta de dados utilizou a entrevista narrativa, onde foram entrevistadas cinco mulheres e dois homens. A escolha deste instrumento se justifica na importância que tem a experiência vivida pel@s participantes em sua vida, como objeto necessário para o desenvolvimento desta pesquisa, entendendo assim como experiência tudo aquilo “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (BONDIA, 2002, p. 21).

Neste sentido o foco da entrevista foi a narrativa das vivências d@s participantes por entender que elas constituem uma prática discursiva muito relevante, pois “As entrevistas não permitem dizer uma ou a verdade sobre as coisas e os fatos, mas pode considerá-las como a instância central que, somada as outras, traz informações centrais acerca do vivido”. (ANDRADE, 2014, p. 176). Com base na entrevista narrativa foi possível apropriar das experiências d@s participantes importantes para a pesquisa uma vez que,

A narrativa é um modo de pensamento que se apresenta como princípio organizador da experiência humana no mundo social, do seu conhecimento sobre ele e das trocas que com ele mantêm os sujeitos. O modo narrativo organiza-se a partir da experiência particular dos sujeitos, no que é contextual e singular (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015, p. 22).

A utilização da entrevista narrativa como meio de coleta de dados foi de primordial importância, pois possibilitou a compreensão das memórias, experiências e fatos vivenciados pel@s participantes da pesquisa, permitindo uma análise ampla do objeto de pesquisa e como o mesmo se expressou de forma singular na vida de cada participante.

A utilização desse método foi escolhida por entendermos a importância de ouvir as experiências d@s transexuais, entendendo que o saber da experiência é dado na relação entre o conhecimento e a vida humana (BONDIA, 2002, pp. 26-27), buscando assim melhor compreender como se estabelecem e configuram as representações das trajetórias formativas e as estratégias de permanência das pessoas trans na Universidade Federal de Sergipe.

Segundo Dias (2014, p. 37) nas entrevistas podemos abordar,

Os aspectos objetivos/subjetivos, expressões do movimento individual e coletivo, sinais de uma organização social historicamente constituída em que as divisões de classe formam o pano de fundo de uma trama em que se geram as diferenças”, numa cumplicidade dialética que favorece a construção de identidades de gênero.

Utilizou a entrevista narrativa, para melhor estruturar nosso objetivo. A partir desse momento, com a transcrição e análise das entrevistas, buscou-se conhecer as trajetórias de vidas das pessoas trans até a chegada à Universidade, considerando a importância para elas do ingresso ao ensino superior e como elas percebem a instituição de ensino superior, o processo de formação e o cotidiano em sala de aula, assim como, se reproduzem as normas de gênero na academia sob a ótica d@s entrevistad@s, com vistas à busca do saber da experiência, este, um saber distinto, do saber científico e do saber da informação (BONDIA,2002).

Com a realização de todas as entrevistas, foi feita a transcrição de todas as falas e narrativas para melhor leitura e compreensão das experiências d@s participantes. Foi lido com atenção todo o material obtido nas entrevistas e foram selecionadas as falas d@s participantes que se aproximavam e se distanciavam. A partir dessa seleção, foi feita a identificação de trechos dos discursos mais potentes para utilização no texto da pesquisa.

Posteriormente, foi possível elaborar as categorias principais e secundárias e definiu-se a análise do discurso como princípio de análise do material empírico sob a perspectiva pós-estruturalista, pois, tal abordagem, se contrapõe ao anseio pelas verdades universais e possibilita que problematize o inquestionável e o naturalizado.

O campo empírico do trabalho é a Universidade Federal de Sergipe - UFS e todos os seus campus, considerando que a UFS não possui em seu Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGAA) o registro do quantitativo de pessoas transexuais, a sondagem foi realizada a partir da procura d@s participantes, assim como por meio do contato com estudantes que tinham mais proximidades com @s interessad@s, outrora é de suma importância colocar que tod@S @s entrevistad@s autorizaram a divulgação de suas identidades e nomes sociais.

Objetivando facilitar o acesso as informações pretendidas e o bem-estar d@s entrevistad@s, as entrevistas foram feitas na própria da universidade como foi o caso de cinco participantes da pesquisa, tendo acontecido em lugar diferente, em dois casos, a pedido d@s entrevistad@s. Vale salientar que seguindo ainda em atenção a resolução do Conselho Nacional de Saúde de nº 466/2012, foram dados nomes fictícios @s participantes com vistas a assegurar a identidade e o anonimato de tod@s participantes.

A primeira pessoa a ser entrevistada tem 44 anos de idade. É ativista LGBT cursa Letras Português/Francês na Universidade e foi uma das pioneiras na luta pelo nome social. A entrevista foi realizada em uma tarde de quinta-feira na sala de estudos do Programa de Pós-Graduação em Educação. A entrevistada colocou-se feliz em estar na universidade e disse

sobre a necessidade de visibilidade das pessoas transexuais na universidade. Lisa, milita na Associação e Movimento Sergipano de Pessoas Transexuais – AMOSERTRANS e participa de coletivos feministas na universidade, sendo uma das pensadoras da organização da Semana da Visibilidade Trans de Sergipe que acontece todos os anos, dentro e fora da universidade.

Em seguida, temos como entrevistado um estudante de farmácia, homem transexual, 28 anos de idade. A entrevista foi feita na residência do entrevistado, numa manhã de quinta-feira. O mesmo se reconheceu pessoa transexual depois que acessou a universidade e participou da I Semana da Visibilidade Trans, momento em que começa a ter contato com a discussão sobre a transexualidade. Ele iniciou sua transição a partir do contato com o movimento social, vivenciando sua transição enquanto cursa sua graduação.

Nosso terceiro entrevistado, tem 25 anos de idade e cursa licenciatura em matemática. Natural de Salvador – BA, muda-se para Aracaju para estudar, mudança que traz ao mesmo mais possibilidades de assumir sua transexualidade por estar em outro espaço social. A entrevista foi feita nas dependências da universidade, na biblioteca central.

Também na Biblioteca Central da Universidade foi feita a entrevista com a quarta entrevistada. Estudante de Biologia de 19 anos de idade. A entrevistada é mais uma das pessoas que começaram sua transição a partir dos movimentos e espaços na universidade que discutiram a transexualidade.

A quinta personagem da nossa entrevista cursa Teatro, tem 24 anos, também natural de Salvador–BA, ela também se muda para Sergipe, é moradora de São Cristóvão, beneficiária da Assistência Universitária, ao qual convive com “outros” estudantes em uma república. A estudante também é militante ativista LGBT, participa de coletivos que discutem a temática na universidade e também da organização da Semana da Visibilidade Trans. A entrevista com ela também ocorreu na universidade.

Em seguida concedeu entrevista à pesquisa uma estudante de Museologia de 23 anos de idade. Participante do coletivo Levante Popular da Juventude, a entrevistada concedeu sua entrevista em um momento muito importante em sua vida, dia em que aconteceu sua audiência do processo de retificação do seu registro de nascimento. A entrevistada convida a pesquisadora para ser sua testemunha no referido processo e na sala de espera do fórum concede sua entrevista impactante por ser feita num momento tão importante na vida da mesma.

Nossa última participante foi uma estudante de Letras do *campus* da Cidade de Itabaiana, foi descoberta enquanto a pesquisadora realizava estágio no referido campus. Com

29 anos, é moradora de uma comunidade rural da cidade de Itabaiana e perpassa como um corpo “exótico” nos corredores do campus. A aproximação com a estudante se deu a partir do momento que a pesquisadora tomou Jéssica conhecimento que apesar da norma institucional garantir o direito ao nome social as pessoas trans, estava há quase dois anos com processo parado e com esse direito “negado”, iniciando assim uma busca pela solução da problemática, tendo êxito e somente depois da garantia do direito ao nome social da mesma, fora feita a entrevista.

O momento da entrevista foi escolhido pela entrevistada que convidou a pesquisadora para assistir o encerramento das atividades letivas da sua turma onde ela participava de uma peça teatral na conclusão da disciplina de Literatura Brasileira.

Esse contato foi de grande importância para a pesquisa, uma vez que foi possível possibilitar @s entrevistad@s externalizarem as suas experiências de vida, a partir das suas próprias falas, não só no sentido acadêmico, mas em todo um histórico pessoal e social a que estão inserid@s. Nesse sentido foi possível dar “voz e vez” a essas pessoas, mostrando o “brado” que grita a necessidade de alteração no quadro vigente.

2- SABERES, PRÁTICAS E DISCURSOS D@S ESTUDANTES TRANS E SUAS TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

Esta seção atende inicialmente a dois objetivos, a Identificação e caracterização das Pessoas Transexuais que se encontram matriculad@s na Universidade Federal de Sergipe e, Refletir sobre as trajetórias del@s em seu processo formativo inicial. A referida pesquisa é feita a partir de uma amostra de 7 estudantes transexuais, o que já nos aponta o pouco acesso por tal população à Universidade Federal de Sergipe. Após contato e transcrição das entrevistas foi possível trazer à tona as trajetórias que considero mais importantes e credíveis para desenvolver o trabalho.

O contato com @s participantes foi uma experiência singular e muito produtiva no percurso do trabalho de campo. Cada contato, cada encontro, cada conversa foi de primordial importância, pois, não somente a entrevista, mas outros momentos, encontros, conversas por telefone, whatsapp, dentre outros meios contribuíram muito para o desenrolar dos estudos e o entendimento das experiências vivenciadas por tod@S @s participantes.

2.1 QUEM SÃO @S ESTUDANTES TRANS DA UFS

Nesta seção faremos a apresentação d@s participantes da pesquisa, buscando de forma clara e sucinta caracterizar o campo de pesquisa, que como já citado foram de sete pessoas transexuais matriculadas na Universidade Federal de Sergipe, sendo, quanto ao gênero, dividid@s entre cinco homens e duas mulheres. Com relação à distribuição por campus vale salientar que d@s sete pessoas matriculadas na UFS, cinco são estudantes do campus São Cristóvão, 1 de campus de Itabaiana e 1 do campus de Laranjeiras.

LISA

A primeira entrevistada tem 44 anos de idade, natural do município do interior de Sergipe chamado Santa Rosa de Lima, distante 42 km da capital Aracaju. Ela morou num povoado da referida cidade até seus 10 anos de idade, com 11 anos por não ter os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) em sua comunidade, mudou-se para a capital do estado para morar com suas irmãs onde continuou seus estudos.

A entrevistada identifica-se como uma mulher transexual, de orientação sexual heterossexual, de cor parda e quanto a sua religião se colocou como uma pessoa espiritualista. Ativista LGBT e militante da causa Trans, Lisa coordena a AMOSERTRANS - Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis. É voluntária no Instituto Salto Quântico, participa de coletivos feministas na universidade, idealizou com outras pessoas do movimento a Semana da Visibilidade Trans que aconteceu na Universidade Federal de Sergipe em sua terceira edição em 2017. Ela foi à primeira candidata trans a cargo de vereadora no município de Aracaju.

A ativista ingressa no ensino superior em 2013 a partir da sua participação do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, no curso de Letras Português/Francês, sendo pioneira nas discussões acerca do uso do nome social para pessoas trans na Universidade, o que culminou na efetivação da Portaria de Nome Social em todos os espaços da Universidade Federal de Sergipe, sendo então a primeira a utilizar tal política e ter seu nome social nos

registros acadêmicos da UFS. A ativista é sempre convidada a participar de eventos, seminários e simpósios como palestrante.

DAN

Com vinte e oito anos de idade, natural de Aracaju, declara-se sem religião, percebe ser de etnia branca e quanto à sua orientação sexual se diz heterossexual. Militante e ativista LGBT, faz sua militância específica na defesa dos direitos dos homens trans, participa de eventos, seminários e outros espaços como palestrante, participa das atividades da AMOSERTRANS e também coordena a Semana da Visibilidade Trans de Sergipe, que acontece na UFS, espaço onde se reconheceu militante e ativista trans.

Estudou os anos iniciais do ensino fundamental na rede estadual de ensino da cidade de Aracaju, só depois de ganhar uma bolsa em escolar particular para cursar os últimos dois anos do ensino médio, ele presta vestibular e consegue ingressar no curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Sergipe no ano de 2006, tendo no ano de 2011 solicitado transferência interna para o curso de Farmácia, assim como coloca em seu depoimento,

Antes do ensino médio eu só estudei em escola pública, é. Minha primeira escola foi uma escola de bairro mesmo, infantil até chegar aos sete anos de idade onde eu frequentei a Escola Estadual General Valadão no centro da cidade onde fiquei até a oitava série que era a série que ela tinha. Após isso eu fui pra a Escola Estadual Atheneu Sergipense no primeiro ano onde eu comecei a fazer o estudo do ensino médio, e é tentar o vestibular né, pré-vestibular na época, aí não me dei muito bem, mas nesse mesmo no final desse ano foi em dois mil e quatro eu ganhei uma bolsa de estudo no Colégio Dinâmico e comecei a estudar em uma escola particular pelo segundo ano, assim no segundo e terceiro ano que eu passei nessa escola e consegui através dela passar no vestibular e aí quando entrei na universidade em dois mil e seis, dois mil e sete (DAN, 2017).

PIER

Estudante do curso de matemática, natural de Salvador Bahia, o terceiro entrevistado tem 25 anos de idade, não se assume de nenhuma religião, apesar de citar que sua família é evangélica. Quando perguntado sobre sua etnia, ele informa que é negro.

Estudou o ensino fundamental e médio na cidade de Salvador Bahia, onde passou por constrangimentos e sofreu bullying em sua vida escolar básica, sendo tratado pelas outras

pessoas como uma pessoa lésbica. Prestou vestibular para a Universidade Federal de Sergipe e ingressou no curso superior de licenciatura em matemática e, assim mudou-se para Aracaju, momento em que se viu mais liberto para assumir seu gênero e sexualidade, começou a pesquisar sobre a transexualidade na internet como transcrito abaixo,

Então, tem dois anos que eu me assumi transexual, foi quando eu conheci, quando eu comecei a ver é... Vídeos no youtube, eu estava vendo vídeos no youtube e tal, e aí eu encontrei um vídeo de um cara trans, que até então eu não sabia nem que existia, eu tipo é. Eu tenho uma certa ignorância com isso que é eu via muito meu mundo, daí tipo eu comecei ver o vídeo dele aí eu fiquei muito incomodado com isso, muito incomodado mesmo sabe, tipo de começar a sonhar todos os dias, ser aquele caro e... Sabe tipo essas coisas todas, daí teve um dia que eu acabei meio que sei lá aceitando que eu era aquele cara, entendeu? (PIER, 2017).

Assumiu-se transexual há, aproximadamente, três anos já no ensino superior, a partir do contato com os coletivos e a Semana da Visibilidade Trans, mas não participa de espaços de militância e ativismo, preferindo viver no anonimato e seguir sua vida normalmente como qualquer pessoa.

CÉLIA

Ao chegar à universidade eu fui abrindo mais minha mente né, porque assim que eu passei no pelo vestibular, assim que eu passei no vestibular para o curso de biologia eu antes de entrar aqui eu comecei a estudar é a respeito dessas questões de identidade de gênero, sexualidade e me informar mais a respeito. (CÉLIA, 2017).

A quarta entrevistada tem 19 anos de idade. Disse ser heterossexual, de etnia parda e de religião agnóstica. Natural de Aracaju, sempre foi uma pessoa reprimida e tímida no seu percurso escolar tanto ensino fundamental quanto no médio.

No ano de 2016, ela fez vestibular na Universidade Federal de Sergipe e ingressou no curso de Bacharelado em Biologia. Ao chegar à academia, ela começa a estudar sobre as questões da sexualidade, participa da Semana da Visibilidade Trans onde conhece a militância LGBT e trans de Sergipe. Começou a participar de coletivos e espaços que discutiam a temática, e a partir deste contato assumiu sua transexualidade um ano depois de seu ingresso no ensino superior.

MARTHA

Militante e ativista LGBT, estudante de Teatro, tem 24 anos, é heterossexual e cultua a religião candomblecista e quanto à sua etnia a mesma se declara negra.

Natural de Salvador, cidade onde iniciou e concluiu seus estudos básicos. A entrevistada disse que desde cedo já se percebia diferente e como pertencente ao universo feminino como transcrito em sua fala,

Desde a infância eu sempre me senti encantada, me senti numa certa zona de conforto, sem no que tange o universo feminino, né? Então, eu tinha um contato muito de vivência com a minha prima, com minha irmã, então a gente sim estava naquela atmosfera de brincar de brincadeira só de meninas de mãe né, dessa familiaridade, mesmo sendo família, mas também na brincadeira, então, gostava muito de usar as coisas da minha mãe né. Ela ia trabalhar, esperava ela ir trabalhar para poder ter contato com os materiais dela de uso, e aí foi crescendo e aí ia percebendo que pra mim era, sempre foi normal (MARTHA, 2017).

A estudante de teatro é funcionária pública da prefeitura de Aracaju e a primeira atriz trans do estado de Sergipe. Cursa teatro no campus de Laranjeiras e lá também ganhou o apelido carinhoso de “Xuxa”. Ela fala da importância da sua escolha e cita com muita emoção como ela se deu,

Não me sinto mais confortável sendo chamada por (...) e agora vou ter que pesquisar, vou ter que ver um nome por que e eu sempre gostei de Maria né, que outras mulheres da minha família têm Maria no nome e eu falei assim, não eu quero ser Maria, e falava “mainha” desde pequeno que eu falava “mainha” porque que a senhora não colocou Jorge Maria, Jorge Maria, Jorge Maria, e justificava assim dizendo, não tem homens que tem Maria no nome no nome, porque eu não posso ter Maria? E ela falava assim, não, mas é porque seu pai sempre sonhava em quando tivesse um filho homem aí ser Jorge Luiz, Jorge Luiz, e botou Jorge Luiz. Ok, essa história. Aí ela... Eu falei assim, não vai ser Maria Luiza, Luiza por conta do Luiz, ela me chama de Maria Luiza e aí obviamente Martha, para pegar o Martha por ser apelido, em alguns lugares sou Xuxa porque já era um apelido afetivo que eu ganhei em Laranjeiras (MARTHA, 2017).

A entrevistada continua fazendo seu curso de teatro, hoje milita no movimento LGBT, participa da organização da Semana da Visibilidade Trans que acontece todo ano na UFS, participa de coletivos e espaços de discussão da temática Gênero e Diversidade Sexual na

universidade e é defensora das causas Trans e integrante da Associação de Travestis Unidas na Luta, onde já lecionou cursos e oficinas na área de teatro para o público LGBT. Ela diz que depois da vivência universitária decidiu assumir sua transexualidade e a Universidade foi um espaço importante nessa tomada de decisão.

VINY

A sexta Entrevistada é natural da cidadã baiana de Pão de Açúcar, mas ainda pequena passou a residir em Canindé–Sergipe. Com 23 anos de idade, a transexual Victória define-se quanto a orientação sexual como uma pessoa heterossexual, de religião católica e de etnia negra. Quanto ao seu acesso à universidade, responde que,

“Eu prestei, eu fiz o ENEM né, e eu sempre era um sonho, sempre foi um sonho pra mim entrar na UFS, na universidade pra essa questão de mostrar também que nós, é, nós transexuais temos que ocupar aquele espaço e aí eu me dediquei muito, né. Estudei muito e aí passei na UFS no curso de Museologia” (VINY, 2017).

A VINY fez seus estudos primários na cidade de Canindé, onde citou sofrer muito preconceito em seu processo formativo, assim como outr@s sujeitos desta pesquisa. Prestou o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e em 2016 consegue ingressar no curso de Museologia do Campus de Laranjeiras na Universidade Federal de Sergipe. Ativista e militante do coletivo Levante Popular da Juventude, a estudante também é defensora das causas LGBT.

JÉSSICA

“Você foi a pessoa que mudou a minha vida, você sabe que você deu sentido a minha vida de verdade, você foi a pessoa que deu sentido a minha vida, de verdade” (JÉSSICA, 2017).

A fala acima retrata a gratidão da entrevistada, quanto ao apoio dado a mesma na solução do conflito administrativo encontrado por ela na busca da efetivação do uso do seu nome social na universidade. Ela é a primeira estudante Trans do Campus de Itabaiana, estudante heterossexual de 28 anos de idade, católica não praticante, e ingressou na

Universidade Federal de Sergipe – UFS no ano de 2012, a partir do último vestibular oferecido pela instituição.

Assim como @s demais entrevistad@s, a mesma também passou por situações complicadas em sua vida escolar. A descoberta da entrevistada se deu nos corredores do campus enquanto eu passava para ir à sala de aula onde cumpria estágio de docência. Em primeiro contato a entrevistada, ela conta sua história e reclama da morosidade no seu processo de inclusão do seu nome social nos registros escolares, situação ao qual me prontifiquei a ajudar e solucionar a questão. Ela mesma estava a dois anos esperando pela solução do referido conflito ao qual depois de contarmos a direção e reitoria da universidade, rapidamente se resolveu.

Da mesma forma que @s demais, ela é mais uma pessoa que borra a norma e perpassa os corredores da UFS de Itabaiana causando estranhamento, indagações e provando a possibilidade da presença trans no ensino superior. A vivência com ela trouxe muito aprendizado que contribuirá muito com essa pesquisa.

A partir da análise das apresentações aqui colocadas foi possível perceber o quanto as histórias de vida d@s participantes se interligam. Foi interessante perceber que tod@s vêm de famílias humildes, passaram em sua grande maioria por escolas públicas.

Dessa caracterização podemos perceber ainda que em relação à orientação sexual tod@s declararam ser heterossexuais, quanto à religião, 2 são de religião católica, 1 espírita, 1 agnóstica, 1 candomblecista e 2 participantes que declaram não professar religião nenhuma. Ainda tratando da caracterização d@s participantes, quanto a etnia 3 se declararam de etnia negra, 3 de etnia parda e 1 de etnia branca.

O contato com @s participantes foi de extrema importância para minha experiência como pesquisadora, foram muitos momentos e encontros que me trouxeram experiências interessantes, como entender a militância da LISA, do DAN e da CÉLIA, perceber aquele corpo feminino borrando as normas de gênero nos corredores da UFS de Itabaiana no caso da JÉSSICA, entender a luta e a necessidade da busca pela identidade da VINY quando fui entrevistá-la no dia da sua audiência de mudança de nome, perceber a necessidade de integração e o grito por respeito da CÉLIA e do PIER em entender as dificuldades encontradas com relação o uso de espaços na Universidade.

De cada história, entrevista e de cada encontro ficaram discursos, pensamentos e vivências que foram narradas.

2.2 - TRAJETÓRIAS FORMATIVAS D@S PARTICIPANTES ANTERIORMENTE À ENTRADA NA GRADUAÇÃO

Depois de caracterizar e apresentar @s participantes da pesquisa, buscamos apresentar informações acerca das suas trajetórias de vida, com o intuito de conhecer como se deu a formação educacional básica e suas experiências anteriores a entrada na vida acadêmica, trazendo assim à tona vivências escolares, histórias e como são tratad@s as pessoas trans e no nosso caso as pessoas transexuais na educação básica.

A partir das entrevistas se pode perceber que a trajetória educacional de todas as pessoas participantes de nossa pesquisa. A tod@s foram perguntad@s como foi o processo de formação escolar até a chegada à universidade. A partir da fala d@s entrevistad@s pode-se verificar que para tod@s a escola foi espaço de agressões verbais, xingamentos, perseguições e desrespeito como podemos perceber nas falas a seguir:

Nossa, era tratado como “viado” a vida toda, por todo mundo, “viadinho” né!, “viadinho” não sei o que, e que foi no ensino fundamental, foi eu acho não, tenho a certeza que foi o pior período da minha vida, porque pra sair da escola, pra você ter uma ideia, pra eu sair da escola eu tinha que esperar, eu estudava a tarde, eu tinha que esperar todo mundo sair da escola, liberar a escola, todo mundo, o professor, aluno, funcionário, só ficava o vigilante e pra eu sair ficava um monte de moleque lá no muro e pra eu sair de lá eu tinha que sair quando as pessoas já estavam indo embora e aí ficavam dentro na frente do colégio e me acompanhavam até dentro de casa, com aquela chacota, com aquela “chamação” de gay, de “viadinho” e não sei o que, até esse bocado eu já vi, até pedra jogavam em mim né, e aí isso cria um trauma psicológico muito grande em minha vida (JÉSSICA, 2017).

A fala da entrevistada nos mostra o quanto ainda a sociedade não está preparada para lidar com as diferenças e o quanto a homofobia se reproduz não só na sociedade como dentro da escola. A aluna com medo de agressões, insultos e temendo sua própria vida era obrigada a sair depois de todos os estudantes como forma de garantir sua integridade.

É importante notar que o primeiro “xingamento” dado ao menino que não se enquadra na norma de gênero binária heteronormativa é viadinho. O termo “Viado” é reproduzido por todas as mulheres trans entrevistadas como sendo um dos xingamentos mais utilizados contra si não só na escola como fora dela, assim como coloca a MARTHA.

Há, tive vivências na escola, já me sentia atraída pelos meninos também né, e aí o ser feminino já afluorando demais então os meninos da escola já percebiam isso. Então já estava sendo chacotada como um viadinho, como mulherzinha, como eu tinha um bundão né, e aí era bunda de tanajura, tinha esses apelidos né, carinhoso para não dizer outra coisa na rua também. Então tinha essas agressões verbais tanto na rua, na vivência de rua, quanto na vivência de escola, e aí o tempo foi passando e isso foi ficando mais forte, mais forte, mais forte, e aí eu comecei a ouvir: o certo era menino com menina né, então, não podia menino com menino (MARTHA, 2017).

A fala da MARTHA nos mostra que além do preconceito e das agressões verbais vivenciadas por ela, existe na escola a reprodução da uma verdade heterossexual que dita o tempo todo que a vontade dela em querer ficar com meninos era errado pois, o certo era “menino com menina” e que o contrário não se podia, mostrando o processo de reprodução e controle dos corpos a partir do ensino da heterossexualidade, e desrespeito às diferenças como relatam a LISA e a VINY:

Sofri muito bullying né pela já a questão da identidade, na escola a gente sente porque os professores não sabem lidar. Naquela época, estou falando da década de oitenta, né que eu vim estudar aqui em oitenta e cinco né, eram muito as agressões verbais, perseguições era muito fortes né, porque não tem, até como até hoje não tem essa conscientização mais sobre a questão de respeito às diferenças (LISA, 2017).

Foi um pouco difícil né eu até chegar a concluir, mas sofri muito bullying na época do ensino médio, ensino fundamental também eu sofri muito” (VINY, 2017).

As narrativas aqui apresentadas nos mostram o quanto ainda se vitimam as pessoas que divergem da norma heterossexual na educação. Os relatos mostram o quanto @s entrevistas foram agredidas e violentadas na educação básica, tratamentos preconceituosos, ofensas, constrangimentos ameaças e agressões físicas e verbais são expressões da homofobia entendida como “um conjunto de crenças e mecanismos urdidos pela heteronormatividade que atentam contra as expressões sexuais e de gênero que não se enquadram nas “normas de gênero” e na sequência sexo-gênero-sexualidade (JUNQUEIRA, 210, p. 124) e que a todo o momento vitima nos espaços educacionais as pessoa trans.

Neste sentido atesto para a presença da violência de gênero vivenciada pel@s participantes que sentiram na “pele”, o poder do “Heteroterrorismo Cultural” (BENTO, 2008) que a cada atitude violenta tenta fazer a assepsia do espaço escolar, excluindo assim os “anormais e desviados” dos processos de formação e aprendizado, o que culmina na evasão

dessas pessoas da escola, e que se expressa na pouca presença das pessoas transexuais na universidade.

No caso dos homens trans, a mesma situação acontece, no entanto, diferente das meninas, eles se colocam como alunas quietas, tímidas e reprimidas, o que não os eximiu de passar pela mesma situação que as meninas transexuais como podemos perceber no depoimento a seguir.

Preconceito sempre senti sim, assim sabe, tipo de ser tachado mesmo, de ficarem escrevendo coisa atrás da minha cadeira, tipo assim alguém era meu amigo, se alguém era minha amiga automaticamente as pessoas já eram lésbicas também, então, tipo eu vivia muito isolado assim, não tinha muito amigo, ficava muito sozinho, mais ou menos isso. O máximo que tinha eram umas piadas mesmo, sempre piadas (ENTREVISTADO 6, 2017).

Além do preconceito sofrido pelas pessoas transexuais entrevistadas na pesquisa, surge uma característica importante na maioria das falas, que é a maneira como @s estudantes se comportavam em sala, muitas das vezes de forma isolada, buscando adequar seus comportamentos como estratégias de permanência e de coibir possíveis agressões.

Quando eu sentava na cadeira na sala eu ficava só de cabeça baixa, não olhava para o lado, não olhava pro professor, não respondia chamada, não saía pro intervalo, chegava, entrava e na saída ia embora, só e pronto. Principalmente quando a gente pega transporte público né, e aí também no ônibus aquela mesma coisa, seu eu passasse em algum lugar, por mais que eu tentasse ser despercebida, mas todo mundo percebia e todo mundo começava com todo, com toda essa mangação de novo, tanto xingamento (JÉSSICA, 2017).

Eu acredito que no ensino médio eu não tive assim, não tinha tanta oportunidade para tipo para ser quem eu realmente era porque assim, muito é reprimida né, por todos, pelo corpo social, os outros alunos e acredito que isso foi uma das coisas que fizeram né que eu fosse uma pessoa mais tímida mais introspectiva (CÉLIA, 2017).

Bom, assim, eu era como era muito fechado, então eu era muito tímido, minha sala tinha muita gente, daí é meio que passava despercebido. Assim sabe, então, assim eu tinha relação com outros meus professores porque por causa dessa questão né de pessoa tímida né, o professor já acha que você é inteligentinho, mas e como os meus colegas eu não conversava mesmo, não tinha nenhuma amizade. Quando eu chegava a ter uma amizade assim era aquela coisa dos outros colegas ficarem falando que a menina é lésbica que não sei o quê e tal, daí tipo, eu não tinha muita amizade eu ficava bem na minha assim só, mas basicamente isso (PIER, 2017).

As falas anteriores nos mostram que @s estudantes, devido ao processo de inferiorização, preconceito e desrespeito pelo qual passavam no contexto escolar, vivenciavam um comportamento de isolamento social dentro da escola, como também, muitas das vezes se adequando ao “padrão” esperado pelos professores e escola para assim poder

sobreviver e continuar estudando, pois queriam estudar apesar dos problemas e percalços vivenciados diariamente.

As questões aqui colocadas nos mostram o quanto os corpos são controlados em nossa sociedade sob uma ótica de gênero heterossexual e machista que dita uma norma e uma verdade sobre quem somos e como devemos viver, onde, “a heterossexualidade não seria exclusivamente uma prática sexual, mas um regime de poder” (BENTO 2008, p. 24) que a todo o momento determina nosso comportamento social, além da prática sexual tida como corretos.

É todo um regime de poder e coerção que coloca as pessoas transexuais em um espaço de invisibilidade e opressão, onde a única alternativa encontrada para lidar contra a todo esse processo é a resistência que na “perspectiva do poder opressor, os sujeitos lutam contra o poder por liberdade, enquanto na do poder disciplinar, a luta é por desconstruir as normas e as convenções culturais que nos constituem como sujeitos” (MISKOLCI, 2013. p. 27).

A todo o momento as pessoas transexuais, só por existir no espaço escolar/acadêmico estão resistindo e descontruindo a heteronorma, indo de encontro a toda relação de poder existente e reproduzido neste espaço, nos provando o que diz Foucault (2007, p. 105) que, “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. A resistência nesse sentido pode se expressar de diversas formas seja no próprio ato de calar para não sofrer discriminação, na atitude de buscar outro colega para tirar sua dúvida, dentre outras estratégias vivenciadas para ir de encontro a esse poder.

E na escola a partir da reprodução das normas, as pessoas que divergem dela acabam sendo coagidas, vitimadas, desrespeitadas e sofrem na pele a dor de ser diferente. Pois fugir a norma nessa situação e estar à margem e ser violentad@ de diversas formas como percebido na fala da LISA abaixo:

Havia perseguições muito forte era tanto que tinha casos de que tinha dias que eu voltava de bicicleta, que praticamente eles faziam questão de furar todos os dias os pneus da bicicleta, tinha de voltar chorando, arrastando e tal. É difícil, muitos gritos nos corredores, e a partir disso para você se manter na escola é complicado, para isso claro que a gente tomou uma postura não consciente, mas inconsciente de mudar, de se segurar alguns comportamentos né que é não mais para tentar naquele espaço né, foi o que aconteceu para eu não fugir. Porque eu queria muito estudar, para isso a gente vai se adequando né, alguns comportamentos para tentar se

permanecer ali. Aconteceu isso, tanto na escola estadual, tanto na escola particular né (LISA, 2017).

A partir das vivências cotidianas das pessoas trans desta pesquisa foi possível perceber a realidade do processo de escolarização destas pessoas que na grande maioria das vezes não são entendidas em sua expressão de gênero e assim vítimas do controle exercido sobre os corpos, presente na sociedade e reproduzido na escola que exclui, vitima e violenta os “divergentes”.

A partir deste trecho da fala da LISA (2017) “eles faziam questão de furar todos os dias os pneus da bicicleta, tinha de voltar chorando, arrastando e tal” percebemos quanto o preconceito e a discriminação são uma constata no espaço educacional. O ato dos colegas nos mostra o ódio contra o divergente da norma, ou seja, a homo/lesbo/bi/transfobia que pode se expressar na sociedade de diversas forma neste caso no ato de furar o pneu da colega para a mesma voltar a pé.

Contudo, em face dessa violência, algumas pessoas trans já mesmo na educação básica desenvolveram estratégias e meio de resistências com vistas a dirimir ou passar menos por situações como as citadas em suas falas, a exemplo do PIER, que em seu depoimento disse ficar quieto na sala, “porque tipo, passava batido e fazia nada, tipo, eu tipo, como não estava na frente assim nos holofotes, então ninguém me batia, ninguém fazia nada assim em relação comigo” (PIER, 2017).

Outro ponto importante percebido nas entrevistas é a percepção de tod@s neste momento de suas vidas acerca do seu desconforto com as normas hegemônicas de gênero e entendimento de sua identidade como “diferente” naquele espaço que é a escola, como coloca a JÉSSICA em sua fala,

Eu não conseguia olhar pra mim, eu não conseguia nem me olhar no espelho, quando chegava em casa. Eu só fazia me trancar no quarto e ficava, não comia, não saía, não saía para lugar nenhum. Minha vida só começou realmente depois que eu iniciei o tratamento psicológico durante muito tempo e aí eu também comecei a fazer ensino médio e no colégio maior com pessoas mais ou menos como eu e aí eu fui ver que não era essa aberração que eu imaginava que eu era, e na verdade eu imaginava de tanto ser imposta pelas pessoas eu me imaginava dessa forma” (JÉSSICA, 2017).

A fala da Entrevistada nos coloca a pensar sobre o sofrimento vivido pelas pessoas transexuais, que vivenciam em nossa sociedade a dor e o sofrimento de ser vistos como seres patologizados como aberrações, seres anormais que sobram à margem da heterossexualidade. Como referencia BENTO (2008, p. 127): “a patologização da experiência talvez seja a mais

cruel, pois irradia a convicção de que são pessoa inferiores. ”, inferioridade essa expressa na fala da participante quando coloca que não conseguia se olhar no espelho, uma pessoa que se sentia uma “Aberração”, uma verdade imposta pelas pessoas que a fez acreditar até o dia em que procurou ajuda psicológica.

Outro fato interessante na fala d@s entrevistad@s é a necessidade de se estudar sobre a temática de gênero e diversidade sexual logo na educação básica de forma autônoma com vistas ao seu próprio conhecimento como podemos perceber nas falas a seguir:

Eu antes de entrar aqui eu comecei a estudar é a respeito dessas questões de identidade de gênero, sexualidade. É me informar mais a respeito e quando que cheguei aqui na universidade eu percebi que é eu, que as pessoas aqui não se importavam com a questão da sua identidade de gênero, de você ser quem realmente era e aos poucos eu fui me libertando assim e sendo quem eu realmente sou (CÉLIA, 2017).

Eu comecei a ver vídeos no youtube, eu estava vendo vídeos no youtube e tal, e aí eu encontrei um vídeo de um cara trans, que até então eu não sabia nem que existia, eu tipo é eu tenho uma certa ignorância com isso que é eu via muito meu mundo, daí tipo eu comecei ver o vídeo dele aí eu fiquei muito incomodado com isso, muito incomodado mesmo sabe, tipo de começar a sonhar todos os dias, ser aquele cara e, sabe tipo essas coisa todas, daí teve um dia que eu acabei meio que sei lá aceitando que eu era aquele cara, entendeu? E aí depois disso, tipo meio que passei um tempo assim meio depressivo porque eu não queria ser transexual, porque não é uma coisa fácil e depois de um tempo eu comecei a ver que eu só ia ficar bem se eu fosse quem eu era de verdade, daí eu comecei a trocar tudo, guarda-roupa, é todas as coisas assim e... Eu fui fazendo aos poucos pra que minha família também se acostumassem com isso (PIER, 2017).

As falas acima tanto da CÉLIA quando coloca que começou mesmo antes de chegar a universidade a estudar sobre as questões de gênero, como a do PIER que colocou depois de ter se visto diferente a buscar vídeos no youtube para entender melhor a si mesmo, nos mostra o quanto, “a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução” (LOURO, 2014, p. 39) havendo assim para as pessoas trans a necessidade da busca pela identidade a partir da desconstrução de uma norma inscrita em seus corpos para reconstruí-la e só depois poder se encontrar com seu verdadeiro eu.

As falas d@s entrevistad@s ainda nos mostram que as pessoas trans a partir do sofrimento e das amarguras passadas em seu processo formativo, encontram forças para fugir muitas das vezes da mão pesada, hegemônica e violenta da heteronormatividade, buscando resistir e procurando respostas para toda essa vivência dolorosa no autoconhecimento e no estudo sobre sexualidade. O que se buscou demonstrar aqui é que a escola pode ser ainda um

espaço de opressão e de sofrimento para as pessoas trans, precisando assim buscar estratégias de formação não só do alunado mas de toda comunidade escolar acerca do respeito a todas as “diferenças”, podendo assim se pensar uma escola não só com um currículo mas como um espaço inclusivo e de permanência para tod@s.

3 - DIFICULDADES E ALTERNATIVAS DE PERMANÊNCIA D@S TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Considerando a heterossexualidade compulsória vivenciada em nossa sociedade, os corpos transexuais são cotidianamente segregados de todas esferas da sociedade, sendo assim a universidade também reproduz os valores heterossexistas que vitimam os desiguais e promovem uma exclusão de todas as pessoas que divergem do padrão hegemônico reproduzido em toda a educação básica.

De acordo com Bento (2008, p. 32), “As reiteraões que produzem o gênero e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos a cada insulto ou piada homofóbica”, o qual nas instituições escolares não são diferentes, a reprodução dos valores hegemônicos das normas de gêneros, valores estes que reproduzem a heterossexualidade compulsória, na escola vitima todas as pessoas que divergem da heterossexualidade, trazendo a vida desses indivíduos sofrimento, exclusão e violência, somente pelo fato de seres “diferentes”.

Neste capítulo analisaremos quais as dificuldades enfrentadas pelas pessoas transexuais em seu processo formativo educacional em nível superior no que concerne a Universidade Federal de Sergipe, percebendo as alternativas e estratégias utilizadas pelas mesmas para permanecerem na Universidade.

Faz-se necessário uma análise profunda das experiências vivenciadas por estes sujeitos em seu cotidiano formativo, a partir das falas e narrativas d@s entrevistad@s, pois assim como entende BONDIA (2002, p. 21), “as palavras determinam nosso pensamento, porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade, mas a partir das palavras”.

Contextualizando o acesso destas pessoas no Ensino Superior, vale salientar a importância do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como política de inclusão expressa, uma vez que na Universidade Federal de Sergipe somente a partir da existência desta política se percebeu um maior acesso das pessoas trans no espaço universitário.

Especificamente nesta pesquisa, realizada na UFS, dos 7 entrevistados, percebeu-se que 6 utilizaram desta política para acessar a universidade.

Assim, nos próximos tópicos decorreremos sobre a busca pela identidade trans na Universidade, assim como o cotidiano d@s entrevistad@s em sala de aula; as estratégias de resistências em relação ao uso do banheiro adequado ao gênero; o uso do nome social das pessoas trans e o contato dos estudantes com o movimento trans como estratégia de resistência.

3.1. A DESCOBERTA DA IDENTIDADE TRANS ATRAVÉS DO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO

Através da pesquisa realizada, pode-se constatar na fala d@s entrevistad@s, a busca pela informação sobre questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero como forma de afirmação da identidade trans, percebendo o espaço universitário como um espaço possível de vivência dessa identidade.

O DAN (2017) coloca em sua fala, o quanto a partir da sua entrada na universidade descobriu o universo LGBT,

Depois que eu entrei na universidade é que eu fui percebendo um mundo mais, um mundo LGBT que eu tinha contato com vários amigos que são gays e começando a andar por esses locais eu percebi que existiam pessoas que não, não necessariamente viviam naquele gênero ao qual a sociedade dizia que elas eram, elas viviam no gênero oposto aí foi quando eu tive com as meninas, as travestis, e na verdade a maioria eram drag queens, elas ficam me perguntando o porquê, o porquê o motivo, quem elas eram e etc. aí foi quando comecei a pesquisar mais sobre isso. Dentro da universidade adquiri muitos conhecimentos de diversos, de diversas áreas e uma delas foi sobre a sexualidade principalmente, foi quando eu comecei a ter um, uma liberdade maior por ser um aluno de ensino superior.

O DAN, assim como as outras pessoas trans participantes da pesquisa percebe na universidade um espaço de possibilidade de inclusão e de construção do conhecimento acerca da transexualidade e também da diversidade sexual. Esta busca é feita a partir da experiência cotidiana de suas vidas nos corredores da universidade, na busca de conhecimento sobre a transexualidade caracterizada por Bento (2008, p.19), como,

Uma experiência identitária, que está à capacidade dos sujeitos construírem novos sentidos para os masculinos e femininos, não significa esquecer a dor

e a angústia que marcam as subjetividades daqueles que sentem e desejam viver experiências que lhes são interditas por não terem comportamentos considerados apropriados para seus sexos.

A partir de sua percepção sobre a transexualidade, Berenice Bento nos mostra o quanto tal identidade é construída através da experiência contínua com o gênero, onde na Universidade, os corpos trans dão novos significados para os termos masculinos e femininos, o que leva as próprias pessoas trans buscarem a sua afirmação como Homens (masculino) e Mulheres (feminino), e outras possibilidades de vivência de sua identidade, a partir do conhecimento científico e formação sobre sua própria realidade, visto na fala do Dan (2017) quando ele narra a sua busca pelo conhecimento sobre sexualidade e seu contato inicial com as “meninas travestis”, que fez com que o mesmo iniciasse a sua busca por resposta ao seu desconforto.

Outro exemplo dessa necessidade de conhecimento sobre a identidade de gênero e questões relativas à transexualidade por parte d@s entrevistad@s pode ser percebida na fala de MARTHA (2017) que ao falar sobre seu percurso acadêmico ao chegar a universidade, e encontrar uma professora que a incentivou mais a ler sobre o assunto, colocou que,

O tesão bateu, aí comecei ler, ler gênero, gênero, gênero, gênero, gênero, depois de ler identidade, sexualidade aí eu fui, aí fui lendo assim, transexualidade, homoafetividade, sexo binário, intersexo e aí foi quando aí passei pelo trans aí voltei, aí quando voltei fiz assim, espere aí, aí comecei só ler coisas de transgênero, transgênero, transgênero, transgênero, e aí comecei a buscar minha memória afetiva, tudo, resetei a memória e aí fiz assim, caralho espere ainda, tem alguma coisa errada. Aí falei assim: não gente eu nunca fui gay eu nunca fui gay na minha vida né, e aí eu fiz assim, eu sempre gostei de homem, assim eu sempre me senti atraída por homem, sempre me senti confortável no universo feminino, sempre o feminino que gritava, sempre o feminino que pulsava, então espere aí a identidade ela está destorcida, e aí acho que está chegando a hora de apoderar essa identidade.

A ideia de busca da identidade a partir da informação se projeta como uma estratégia de resistência e permanência desses corpos que se recusam a continuar expressando a norma heteronormativa, nesse sentido é possível perceber esse processo de Resistência na fala da MARTHA, quando ela inicia seus estudos sobre gênero, em seguida de identidade de gênero, até chegar aos estudos sobre transexualidade e perceber que nunca foi uma pessoa gay e sim uma mulher trans, A desconstrução de sua identidade e reconstrução como uma pessoa transexual se fez a partir de um processo de resistência deste corpo, que opera contra a cisheteronormatividade e a heterossexualidade compulsória determinada ao seu corpo.

Ainda nesse contexto de descoberta, estudos e busca pelo conhecimento a respeito das questões de gênero, a CÉLIA (2017) ao citar sobre suas memórias e experiências com relação ao acesso ao ensino superior colocou que,

Ao chegar na universidade eu fui abrindo mais minha mente né, porque assim que eu passei no vestibular, assim que eu passei no vestibular pra o curso de biologia eu antes de entrar aqui eu comecei a estudar é a respeito dessas questões de identidade de gênero, sexualidade é me informar mais a respeito e quando que cheguei aqui na universidade eu percebi que é eu, que as pessoas aqui não se importavam com a questão da sua identidade de gênero, de você ser quem realmente era e aos poucos eu fui me libertando assim e sendo quem eu realmente sou, aí chegou o ano de dois mil e dezessete e eu decidi que eu tinha cansado de fingir pra sociedade que eu era alguém que eu não era e hoje eu sou muito feliz em ser quem eu sou e não me envergonho disso.

A CÉLIA assim como o DAN e a MARTHA buscaram na Universidade, um espaço de reafirmação de suas identidades trans, a partir da busca do autoconhecimento e do conhecimento científico, lutando contra o poder opressor da heteronormatividade. Conforme cita Miskolci (2013, p.27), “os sujeitos lutam contra o poder por liberdade, enquanto na do poder disciplinar, a luta é por desconstruir as normas e as convenções culturais que nos constituem como sujeitos. ” Neste sentido Célia busca essa liberdade quando na universidade tem contato com as leituras sobre gênero e identidade sexual. Foi somente a partir desta busca que ela foi se “libertando” e sendo quem realmente era.

Neste sentido, ainda vale ressaltar, mais uma das falas do DAN (2017) que relaciona a busca dos conhecimentos na universidade sobre sua identidade de gênero, a sua libertação pessoal e também com relação a sua família,

Por ser um aluno de ensino superior por ter uma liberdade maior em casa que foi que me permitiram depois que eu comecei a ter uma assim uma responsabilidade de acordo com meus pais, maior. Então, eles deixavam mais livres para ter esse contato, não só dentro da universidade, mas para ter uma fuga a mais da minha rotina que era só casa/estudo, estudo e universidade, então pude perceber que a universidade me proporcionou um pouco mais essa liberdade para conhecer outras coisas, inclusive a sexualidade em si né, em termo geral.

Dessa forma, a fala do entrevistado nos adverte sobre a importância do acesso das pessoas trans na Universidade e o quanto essa experiência pode ser benéfica não só para a sua vida acadêmica, como também para a sua vida pessoal, no momento em que se descobre de maneira mais clara sua identidade de gênero relativa à transexualidade. Correlacionando com Bento (2008), quando enfatiza que “a transexualidade e outras experiências de trânsito entre

os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas”, as pessoas transexuais a todo momento comprovam esta assertiva, pois se posicionam contrariamente ao seu sexo biológico, neste sentido a fala de Dan quando coloca a liberdade tida na universidade para o acesso ao conhecimento coloca da sua busca pela transexualidade e a necessidade se assumir contrário a essas “estruturas corpóreas”.

A LISA (2017), ao ser questionada sobre a importância do seu acesso na Universidade enfatiza que,

[...] é um divisor de águas, me dá forças pra lutar mesmo e despertou né em mim que eu sou capaz e que as pessoas trans acabam reproduzindo é: Não pode ocupar certos espaços, você não pode isso né, porque vão colocando você em caixinhas aí despertou, hoje pra mim eu vejo a universidade pra nós pessoas trans um... É um fator de transformação em nossas vidas e contribui muito pra que a gente se apodere e né acho a importância é isso, meu empoderamento pra lutar pelos meus direitos né, através dos conhecimento a gente acaba se fortalecendo e dessa forma lutar né pra que... Eu possa ser uma futura professora né e mesmo com a dificuldade poder estar em sala de aula, poder estar fazendo parte mesmo né da sociedade como qualquer outra pessoa.

Assim como para a LISA o acesso à universidade para as pessoas transexuais acaba sendo “um divisor de águas”, pois como estatisticamente colocado poucas pessoas transexuais perpassam pela educação básica, pelo ensino médio excludente e conseguem chegar ao espaço universitário. A participante quando diz “eu vejo a universidade para nós pessoas trans um... é um fator de transformação em nossas vidas e contribui muito para que a gente se apodere e né acho a importância é isso, meu empoderamento”, ela coloca a importância da universidade para desconstruir os “discursos” que colocam as pessoas transexuais a margem da sociedade e seres não elencáveis não somente para a vida universitária, mas também, para outros espaços da sociedade.

Assim, por meio da análise das falas acima descritas, destacamos que a Universidade foi um espaço importante, de formação acadêmica, como também de empoderamento das identidades d@s entrevistad@s, espaço onde @as pessoas transexuais participantes da pesquisa encontraram possibilidades de busca por informações acerca das identidades trans, de forma que encontraram na academia um espaço de maior esclarecimento sobre a sexualidade e as questões relacionadas ao gênero e a diversidade sexual, levando ao despertar de suas sexualidades e o melhor enfrentamento das normas de gênero no espaço acadêmico, enfrentamento esse que ocorre cotidianamente na sala de aula e que trataremos na seção seguinte.

3.2. VIVÊNCIAS TRANS E COTIDIANO ACADÊMICO

Quando eu ando dentro da UFS, eles apontam para mim, eles riem de mim, teve pessoas que já falaram que ali não é lugar para mim, que lugar de trans e travesti é na esquina, se prostituindo, então, para mim isso é muito forte isso, muito triste porque a gente sabe, não existe esse negócio de você ser trans e não ir claro que tem que a maioria né está na rua se prostituindo, só que a gente tem que ocupar para mostrar a eles que a gente também temos o direito de ocupar aquele espaço (VINY, 2017).

A fala da VINY, abre esta seção para indicar os assuntos que serão abordados nesta parte da pesquisa, os quais remetem-se as experiências das pessoas trans em seu cotidiano universitário, com foco na relação destes com @s professor@s, colegas de classe e todo o corpo profissional da UFS. O interesse em tratar destas temáticas incide em analisar as dificuldades encontradas por estes sujeitos na convivência diária de sua formação.

A convivência universitária, no geral, apresenta conflitos, dificuldades, resistências, preconceitos para todo público. No entanto, em relação às pessoas trans, estes fatores sociais se acentuam, como podemos ver na fala da VINY (2017), quando coloca os olhares, as risadas das pessoas e as falas daqueles que, seguindo uma norma excludente, ditam que a universidade não é espaço para pessoas como ela, e citam a prostituição como sendo o espaço ideal.

Na universidade assim como na sociedade a reprodução da heteronormatividade é uma realidade. Ao falar do assunto, Bento (2008, p. 33) coloca que “hegemonicamente a sexualidade normal e natural é a heterossexual”. Nesse sentido na universidade, assim como na sociedade, os corpos que desviam desta norma, são vitimados e tornam-se abjetos, como demonstra a LISA (2017), ao relatar seu primeiro contato com um professor em seu primeiro dia de aula.

“É, o primeiro dia de aula foi que né eu tinha três aulas nesse dia, a primeira e a segunda aula fala e aí sempre no início das aulas eu falava com os professores dizendo né que eu queria ser chamada nisso no meio quando o professor chamava não respondia eu ia lá e dizia eu não respondi por que meu nome assim, assim é Lisa. Eu apontava para meu nome de registro porque para a gente falar o nome já é uma questão de violência né, para a gente e tal as duas primeiras professoras ok, colocou observação, tinha gente lá que não tinha portaria ainda. O terceiro professor quando ele fez a chamada, tanto que ele passou uma atividade, que eu fui conversar com ele bem baixinho e explicar porque eu não tinha respondido aí ele gritou bem alto se seu nome é esse, aí repetiu o nome é Silvio, como é que eu vou

chamar Lisa? Tenho nada a ver, vai lá resolver no DAA porque não é comigo não que não sei o quê, aí isso bem alto repetiu, aí eu disse mas para que isso e não sei o quê, eu vim aqui falar baixo aí repetiu outra vez o nome e para mim foi muito constrangedor, mas também foi o motivo do qual eu a partir desse fato acabei entrando com um processo administrativo. Esse processo gerou a portaria aqui na Universidade Federal de Sergipe e despertou minha necessidade de lutar pra que essas coisas não aconteçam né, se numa Universidade acontece isso né que a gente tem a noção de que é um ambiente mais aberto, de pessoas mais esclarecidas e tal, imagina no ensino fundamental e ensino médio né e foi a partir daí que eu me conscientizei dessa luta, da importância da luta e fazer trabalho de conscientização, tanto para os professores, para os alunos sobre a questão de respeito ao nome social, as identidades porque não é só o nome é identidade né, tratamento no feminino da forma que a gente se apresenta socialmente.”

A fala da entrevistada, demonstra o quanto as pessoas trans são invisibilizadas no processo formativo, seja por questões de acesso e permanência, como de respeito a sua identidade, pois, foi notório a insensibilidade docente e discente frente ao pedido da entrevistada para ser reconhecida pelo seu nome social. Bento (2008, p. 128), declara que “a produção de seres abjetos e a desumanização é um projeto social, que encontra nas instituições sociais o *locus* para se reproduzir”, sendo a universidade uma das instituições centrais neste processo, pois, assim como na sociedade, reproduz as normas vigentes de gênero e a heteronormatividade.

Além do desrespeito a sua identidade, a atitude do professor quanto ao pedido da aluna em reproduzir em voz alta o seu nome de registro se trata de uma violência de gênero. O professor além de não reconhecer a identidade de gênero da estudante, a violenta quando mesmo solicitado não atende ao pedido do uso do nome social e expõe Lisa a constrangimento público em sala de aula. É importante considerar a fala da Lisa quando a mesma questiona que se na universidade, um espaço de construção de conhecimento, que como a mesma disse, espera a presença de pessoas mais esclarecidas, isso ainda acontece, imaginemos então na educação básica e na sociedade como estas situações se reproduzem.

Nessa conjuntura, a MARTHA (2017) também expressa o preconceito vivenciado no âmbito acadêmico, relativo aos professores,

Eu verdadeiramente no meu curso eu não, no meu curso não, sabe nunca vi problema algum desde o meu assumir trans até hoje. Lógico que existe alguns professores que... sabem, já que sou transgênera, mas que ainda permanecem na questão de chamar por ele ainda e tal, não chamam o nome de oco, mas ainda fica na questão do masculino e aí eu corrijo sempre, então é muito, muito pouco muito raro, não sentir enfrentamento de ninguém sabe, aliás, houve no início de um professor que por mais que tenha sido brincadeira, mas toda brincadeira tem um fundo de verdade, que me falou

assim que não iria me chamar de Maria Luiza entendeu e que... ah! E que eu tivesse paciência de certa forma ele foi grosso, mas eu falei ô bicha você é tão recalcada mulher. Aí ele disse, chegou em um certo momento teve uma saideira que ele falou assim, olhe... Aconteceu comigo uma vez isso viu, me sentia assim vontade de ser mulher e depois eu não queria mais ser, aí eu disse: Ah! Você está pensando que isso vai acontecer comigo, você tem certeza? Acho que você está falando com a pessoa errada, não é um delírio que eu estou tendo não, isso é real.

A atitude tomada pelo professor, em não reconhecer a transexualidade da estudante, leva-nos a perceber a reprodução da cisnormatividade. O relato dela, faz lembrar as colocações de Miskolci (2013, p. 34), “em que o processo educativo e a reprodução social estão intrinsecamente ligados. Uma reprodução que, tende a inculcar e disseminar valores preconceituosos”. Essa inculcação, está imbricada no que o referido autor chama de terrorismo cultural, cuja relação de poder é o mecanismo de imposição da heterossexualidade compulsória, o qual leva a não deixar espaço para as identidades “desviantes” da norma, colocando as pessoas transexuais à margem das relações sociais, e neste caso marginalizando-as em sala de aula.

Ainda, tratando do cotidiano estudantil, a partir da análise dos depoimentos d@s estudantes entrevistad@s, se percebeu diversas estratégias de resistência e muitas das vezes de invisibilidade por parte das pessoas trans em sala de aula, com vistas a fugir das possibilidades de constrangimento, discriminação e exposição em sala, como podemos perceber nas falas a seguir,

Eu sempre tinha minhas dúvidas no máximo que eu poderia fazer era no final da aula perguntar ou estudar mais que é o que eu fazia direto, passava tipo ah não sei vou procurar no livro para não ter que perguntar. Sempre me ocorria isso, aliás porque minha voz era feminina, então se eu falasse as pessoas iam ficar com piadinhas, aí é complicado. Acho que é uma coisa que eu fazia que fosse uma estratégia minha, essa de não falar, costumava não falar ou então conversava com os professores na sala deles mesmo quando não tivesse ninguém (PIER, 2017).

Meus professores já não sabiam nem como se referir a mim dentro da aula se eu fizesse uma pergunta, eu já não conseguia fazer muitas perguntas para não chamar atenção (DAN, 2017).

Nas falas acima podemos perceber o quanto os dois homens transexuais acabavam se privando da autonomia de estudantes para não passar por privações ou possibilidades de constrangimentos em sala de aula, o que percebemos veemente na fala do PIER (2017) que quando tinha dúvidas o que ele “poderia fazer era no final da aula perguntar ou estudar mais”. Da mesma forma, Dan disse não fazer mais perguntas para não chamar atenção.

As atitudes tomadas pelos dois Homens transexuais nos mostram a necessidade que muitas pessoas transexuais têm de deixar de exercer seu papel de estudante para não sofrer discriminação no caso específico das falas acima. Os homens trans deixavam de usar o seu direito de perguntar por ainda terem “voz feminina”, o que acabava por entregar a sua transexualidade em sala e vir a desencadear qualquer atitude de preconceito por parte de colegas e /ou professor@s, o que nos mostra a imposição da heteronormatividade sobre os corpos e ainda mais também sobre as vozes onde tal norma coloca e define que as mulheres devem ter vozes agudas e os homens vozes graves.

De acordo com Bento (2008, p. 15) “a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”, conflito este que leva a exclusão e segregação das pessoas trans no espaço da sala de aula, fazendo com que estes sujeitos se neguem a exercer o direito de se comportar como estudantes ou exercendo esta função através de outro colega, assim expressado na fala do DAN (2017),

Teve uma hora que disse eu não posso ficar com dúvidas , eu não posso sair duma aula tendo um monte de coisas pra conversar, as vezes eu ia até o professor depois da aula e conversava com ele e aí ele me tirava as dúvidas ou as vezes eu pedia aos meus colegas pra falarem, muitas vezes já fiz isso, olha pergunta isso aqui, pergunta isso aí pra mim e eles faziam, eles perguntavam e o professor respondia, já pra não chamar a atenção porque eu queria passar assim o mínimo de constrangimento dentro de uma sala de aula.

A atitude do entrevistado, quanto ao pedido de outro colega para fazer sua pergunta e assim tirar a dúvida dele, representa uma estratégia de resistência utilizada para não se expor e assim poder prevenir qualquer possibilidade de discriminação, constrangimento ou até violência de gênero em sala de aula.

Tais processos de discriminação transcendem o ambiente da sala de aula, se revelando em outros espaços de convivência social da universidade, apontados pel@s entrevistad@s, como, por exemplo, a biblioteca, o restaurante universitário e o banheiro. Em se tratando da biblioteca, a VINY (2017) relatou a discriminação sofrida por parte de um funcionário, mesmo já tendo o nome social em sua carteira estudantil.

Assim que entrei me orientaram que já era lei usar o nome social. Uma amiga minha também já deu entrada aí foi rápido e é diário o preconceito é diário, tipo na biblioteca quando eu fui pegar um livro para estudar um homem disse que não era eu porque já tenho a carteirinha com o nome social e ele falou que não era eu, ele me barrou, me constrangeu me humilhou na frente de todo mundo, e também em outros recintos da universidade.

A fala da entrevistada nos mostra que ainda é necessário um trabalho árduo de conscientização acerca das identidades sexuais e de gênero nos espaços institucionais da universidade. O fato narrado por ela nos mostra a insistência do funcionário em não aceitar sua identidade de gênero expressa em sua identidade estudantil.

A atitude do funcionário da biblioteca nos mostra que mesmo no espaço universitário, cuja diversidade se acentua de modo mais veemente, a partir dos estilos culturais, dos modos de expressão, de vestimenta e tantos outros, é notório que em se tratando da identidade de gênero, o repúdio e a negação do outro precisa ser superada, por meio da ampliação das políticas públicas de acesso e permanência das minorias, e formação permanente para os profissionais da universidade, os possibilitando conhecer quem são os sujeitos trans.

No que tange as experiências d@s entrevistad@s no restaurante da UFS, a VINY (2017) revelou que neste espaço sofreu preconceito por um funcionário do Restaurante Universitário-RESUN: “o homem me humilhou lá dentro, falando que eu era travesti” (VINY,2017). A atitude do referido funcionário ao expor de forma vexatória a identidade de gênero da estudante, mostra a necessidade de reconhecimento das identidades trans em todos os ambientes da universidade, pois, assim como coloca Miskolci (2013, p. 52 e 53) “reconhecer diferenças é um primeiro passo para questionar desigualdades, o que pode criar conflito, mas também consenso na necessidade de mudar as relações de poder em benefício daqueles e daquelas que foram historicamente subalternizados”.

Nesta seção podemos perceber o cotidiano d@s participantes da pesquisa e suas vivências diárias em sala de aula a partir das falas. Foi possível perceber o aparato opressor das normas de gênero em sala de aula, onde, “sexualidade é regulada através do policiamento e da censura do gênero” (LOURO, 2014, p. 33), a todo momento em sala de aula, seja quando o professor nega o direito d@ alun@ a usar o seu nome social e assim nega a sua identidade de gênero, seja quando @s própri@s alun@s transexuais usam de estratégias para fugirem dos possíveis atos de discriminação e violência que a seus corpos foram submetidos em sala de aula.

O que se presume a partir desta seção é que se torna necessário ainda, uma maior discussão acerca da identidade de gênero e os direitos possíveis aos “diferentes” em sala de aula para que assim esses corpos possam exercer seu papel de alun@s sem sofrerem represália, pois a construção do gênero se faz também a partir da sua reconstrução.

3.3 – BANHEIRO COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

É, me senti no lugar errado, sabe tipo bem mal, me senti bem mal foi o “diazinho” pior da minha vida porque era para ter sido um dia legal que o trote é legal né. Geralmente as pessoas ficam felizes e tal, rola pintura essas coisas e tal e daí tipo você se ver obrigado a adentrar no banheiro que não é teu porque tu não tem um corpo que você não gostaria de ter, isso não é bom (PIER, 2017).

A partir da narrativa exemplifico a problemática a ser tratada nesta seção. Ao decorrer das transcrições e análises das falas de tod@s participantes desta pesquisa, duas problemáticas tiveram grande relevância, estas que se interligam entre si, sendo uma delas a questão do respeito à identidade de Gênero e uso do nome social e a outra, a necessidade do uso do banheiro adequado ao seu gênero pelas pessoas transexuais, onde se identificou dificuldades encontradas por partes d@s estudantes na busca pelo acesso a este direito tão comum a todos que é o uso do banheiro.

Na fala acima, o entrevistado coloca a sua exposição e constrangimento quando ao chegar na universidade no momento do “Trote”, onde, foi empurrado junto com outras meninas pelos colegas de classe no banheiro feminino, o que não o deixou confortável, pois como ele disse, se sentiu em um espaço errado, um lugar que não era dele, já que sua identidade de gênero é masculina, mas devido aos seus colegas saberem que ele era biologicamente “mulher” o colocaram nesta situação de vexame e humilhação se utilizando do poder disciplinar para violentar o PIER.

Assim como o PIER, outra história que se assemelha é a fala da VINY (2017) que logo na primeira semana de aula também passou por problemas em relação ao uso desse espaço,

Na primeira semana quando eu entrei fui barrada no banheiro feminino, na primeira semana e pra mim foi um choque porque eu achava que era um ambiente que não existia preconceito, tipo assim você na universidade e foi o lugar, é o lugar é um dos lugares que eu mais sofro preconceito é na universidade.

A entrevistada em sua fala acima, cita uma situação de preconceito já vivenciada ao chegar a universidade, assim como ela coloca seu espanto por pensar ser a universidade “um ambiente que não existia preconceito” (VINY, 2017), e perceber que seria um pouco diferente do que pensava a sua vida na academia. Ao citar que a universidade “é um dos lugares que eu

mais sofro preconceito” ela nos faz perceber que o espaço da universidade ainda pode se expressar como opressor.

Ao se tratar do assunto, percebe-se que assim como na sociedade, na universidade a reprodução do heterossexismo é uma realidade. Segundo Bento (2008, p.30), “o sexo é uma das normas pelas quais se torna viável, qualificador de humanidade corpórea”, é a partir do sexo que a sociedade qualifica os corpos, logo nestes sentido os corpos trans, na visão hegemônica da heteronormatividade são vistos em conflito quando reivindicam o acesso ao banheiro, por não estar inteligível. Assim como explica Butler (2003, p.39), que, “A matriz cultural por qual a identidade de Gênero se torna inteligível, exige que certos tipos de “identidade” não possam existir – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” e nem do “Gênero”, que é o caso dos corpos trans e de outras expressões de gênero divergente da heterossexualidade e da tríade sexo-gênero-prática sexual.

Outra fala que caracteriza essa dificuldade em se sentir aceito no banheiro é a fala do DAN (2017) que ao ser perguntado sobre sua experiência sobre o assunto relatou,

Ah, então, banheiro eu evitava sempre evitei, mas tinha momentos que não dava, a gente passa o dia todo na universidade não tem como não ir ao banheiro, então eu sempre chamava os meus amigos homens pra irem comigo aí eles olhavam e a gente entrava se tivesse muita gente já me incomodava, se tivesse vazio eu usava, era assim e eu sempre tentei ir acompanhado e quando não dava eu usava o banheiro do meu departamento que é mais tranquilo.

O DAN (2017) ao citar da necessidade de convidar os amigos “homens” para ir ao banheiro, ele coloca a estratégia encontrada para não sofrer processos de opressão e discriminação quanto ao uso do banheiro. A narrativa dele nos leva a perceber o quanto os espaços da universidade também podem reproduzir a heteronormatividade e o binarismo de gênero hegemônico em nossa sociedade outrora, estas normas podem ser também escritas em espaços arquitetônicos como o banheiro entre outros, assim como cita Miskolci (2013, p. 41).

O banheiro público é uma tecnologia de gênero, que merece ser repensada. Divisões arquitetônicas são algumas das formas que a sociedade encontra de colocar cada um no seu quadrado e, sobretudo, no caso do banheiro, no seu lugar dentro do binário masculino e feminino.

Neste sentido, vale salientar que devido à reprodução da heteronormatividade compulsória em nossa sociedade, os espaços sociais e arquitetônicos são também construídos

a partir deste padrão hegemônico que demarca as pessoas a partir do sexo (biológico), o que causa tal desconforto com relação ao uso do banheiro por parte das pessoas transexuais, estas proibidas do uso do banheiro adequado ao seu gênero, por estarem excedendo a norma e fugindo dos padrões.

As relações de poder perpassam também o contexto institucional da universidade, onde a partir da proibição de uma pessoa trans utilizar o banheiro adequado ao seu gênero, a instituição se utiliza do seu poder para exercer a repressão a estes corpos em desacordo com a norma, tal constatação pode ser exemplificada na fala da CÉLIA (2017),

Na última segunda feira, é da semana passada, eu sofri transfobia na biblioteca central aqui da UFS eu estava indo utilizar o banheiro feminino daqui da biblioteca porque eu fui retocar o meu batom no banheiro feminino e ao sair do banheiro uma das faxineiras estava conversando com minha amiga e com uma amiga minha e dizendo que eu não poderia utilizar aquele banheiro porque segundo o diretor da universidade [...] ⁶ meninos não poderiam utilizar o banheiro feminino e tipo eu tentei explicar pra faxineira essa questão da minha identidade de gênero aí ela entendeu meio como se fosse o seu jeito, porque a gente sabe que não entende que é algo muito né aí eu subi e fui pra diretoria conversei com o [...] (diretor)., Expliquei a questão da minha identidade de gênero e falei que não me sentia confortável de estar retocando meu batom em um banheiro masculino em que a gente tem garotos e você não se sentiria confortável, até por questão de risco de correr transfobia não é nem um banheiro que condiz com seu gênero e ele foi e me apresentou um artigo. É uma lei que ele disse que os advogados que trabalham aqui junto com ele disseram que com relação ao uso do banheiro e essa lei era a resolução doze de dois mil e dezesseis, falava bem assim, quanto ao uso de banheiro que cada indivíduo deveria utilizar o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero e no mesmo momento acabei refutando ele falando em que se refere a sexo biológico esse artigo que o senhor acabou de ler e ele simplesmente não sabia o que dizer. Ele mesmo se contradisse né ao dizer que o indivíduo usaria o banheiro do gênero da pessoa. Eu acho que até eles não entendem essas questões sabe e ele fez uma proposta pra mim de que tipo na diretoria a gente tem dois banheiros masculinos, um banheiro feminino e um inutilizável, primeiramente ele fez uma proposta da criação de um banheiro LGBT na hora em que ele falou isso assim, aí eu perguntei seu [...] o senhor acha que a criação de um banheiro LGBT não seria uma forma de segregação eu até fiquei meio assim chateada porque um banheiro pra pessoas gays, lésbicas, só pra isso seria algo muito discriminador., Aí depois ele falou a questão de um banheiro de gêneros, ou seja, um homem trans, uma mulher trans, todos vão utilizar o mesmo banheiro porque a gente sabe que o único banheiro especial que a gente tem aqui na universidade né, são banheiros pra deficientes físicos com limitações físicas né, e eu achei isso uma forma de segregação. Ele me falou que ia entrar em contato com a prefeitura para a implementação desse banheiro aqui na universidade na diretoria, ou seja por exemplo eu quero fazer minhas necessidades fisiológicas eu estou num espaço da biblioteca na parte de baixo por exemplo eu vou ter que tipo aqui tem milhares de

⁶ Colchetes utilizados para preservar a identidade do referido funcionário da universidade.

banheiros aqui em baixo e eu ter que procurar um banheiro específico pra mim porque não posso simplesmente usar um banheiro de acordo com minha identidade de gênero, eu me senti bastante magoada com isso.

A partir da narrativa da CÉLIA, podemos evidenciar que ainda há a necessidade de formação dos profissionais da universidade quanto ao entendimento da diversidade sexual e da identidade de Gênero, como também nos mostra a “resistência” dela em tentar demonstrar e informar o profissional acerca da temática.

O profissional age a segregar e coagir a aluna transexual a partir do poder a ele dado pela instituição, no entanto assim como coloca Foucault (2007, p. 105), “onde há poder, há resistência, e no entanto (ou melhor) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”, resistência essa demonstrada por Célia (2017), quando toma a atitude de ir falar com o diretor da biblioteca e tentar dar informação e formação sobre o que seria gênero e transexualidade, na tentativa de mostrar lhe que ela não estava no banheiro errado. Neste sentido no limiar desta pesquisa percebemos que @s alun@s transexuais frente a essa problemática utilizavam de estratégias de resistência para se colocar frente a essa proibição como podemos perceber na fala da VINY (2017):

Eu sempre ia com alguém para servir de testemunha pra mim, só que nesse dia como eu estava muito apertada eu mandei um amigo meu esperar na porta e ele me esperou e ele viu graças da Deus ele viu a pessoa que me barrou e serviu de testemunha pra mim.

A partir do relato da VINY (2017) e dos demais relatos dessa pesquisa chegou-se a conclusão que, assim como coloca Bento (2008, p. 42), “a ordem arquitetônica são tecnologias de construção de gênero, de discriminação”. No entanto, o corpo trans por estar em “desacordo” com a regra “escrita” nas placas de identificação dos banheiros, ao continuar adentrando esse espaço, demonstra atitude de resistência onde, assim como o DAN (2017), a VINY (2017) usa da mesma estratégia que é a de levar alguém consigo precisou usar o banheiro. No entanto, podemos perceber que a situação é uma constante na vida d@s participantes, assim como descreve a CÉLIA (2017) em seu relato,

Com relação aos banheiros eu sempre vou sozinha com meus fones de ouvido já para não escutar nada, porque a gente sabe que existem garotas que tem uma mente fechada, que não entende, que riem, eu já conheci um caso comigo que eu não percebi, mas que foi um caso de transfobia no banheiro do restaurante universitário. Eu entrei no banheiro e eu estava com os meus fones e eu não escutei, só que umas amigas minhas de enfermagem disseram que as meninas saíram do banheiro e ficaram rindo e falando de mim lá dentro, esperando eu sair do banheiro para poderem entrar entendeu.

As entrevistadas 4 e 6, se utilizaram de estratégias para utilizarem o banheiro e de certa forma resistir ao controle feito pela comunidade universitária e pela instituição em relação aos seus corpos, tidos como desviantes e não detentores do direito ao uso do banheiro feminino, para zelarem pela sua integridade, elas utilizam da ajuda de amigos para observar enquanto ela utiliza o banheiro e a outra de forma mais eloquente entra e prefere não perceber os olhares e falas discriminatórias quanto a sua presença no banheiro.

Neste sentido, vale salientar a atitude da JÉSSICA (2017) que utiliza da afirmação de sua identidade como resistência aos olhares proibitivos das estudantes quando a mesma adentra para retocar sua maquiagem,

Então, no banheiro eu não sou, eu não tenho um hábito tanto de estar no banheiro, nunca tive esse hábito de estar em banheiro, saía da sala para o banheiro, mas claro que tem dias que a gente precisa ir no banheiro, a gente precisa olhar o cabelo né, ajeitar a maquiagem isso a gente precisa, toda mulher precisa disso né. E aí eu fui entrar no banheiro outro dia, e aí eu ficava as meninas: você vai entrar em que banheiro? Eu vou entrar no banheiro feminino, sou mulher eu tenho que entrar no banheiro feminino. Aí eu entrei e aí disse elas, não você não pode entrar no banheiro feminino não!, Eu disse: não?, Não, porque não? Então essa pergunta foi que eu falei, porque não, aí eu disse. Não porque o banheiro masculino é do outro lado., Eu virei e disse é, realmente o banheiro masculino é do outro lado, neste momento chega o segurança. Aí eu disse a ele, você que é segurança, você pode usar o banheiro masculino que você é homem eu imagino, você está vestido como homem, eu imagino que você seja homem, você pode usar do outro lado. Eu sou mulher e eu vou usar esse. Mas não pode! Eu disse então venha me tirar. Aí simplesmente eu entrei agora todo lugar a partir desse dia eu vou no banheiro feminino. As pessoas têm as outras mulheres olha que está lá dentro, fica assim, acha estranho né, eu no banheiro feminino, mas eu não levo com muita naturalidade isso, até porque é uma das pequenas coisas que eu já enfrentei na vida e não morri.

A discussão acerca do uso banheiro nos leva a perceber o quanto a sociedade ainda opera a partir do binarismo heterossexual masculino/feminino em consonância com o sexo biológico, outrora tal discussão nos leva a perceber que na sociedade, assim como coloca Oliveira (2017, p. 143), “que não há espaço para homens que são/estão femininos nem para mulheres que são/estão masculinas”, o que implica uma ausência de espaços para pessoas que não fazem o gênero “homem” nem fazem o gênero “mulher”. Logo o corpo trans, este performático adentra nesta posição de um corpo não aceito e não incluído em diversos espaços sejam eles arquitetônicos ou não da sociedade, como é o caso da JÉSSICA (2017) que foi interpelada pelo segurança da instituição pois, segundo ele, ela estaria usando o

banheiro errado, momento em que respondeu ela que estava no banheiro correto, pois ela era uma mulher.

Considerando a assertiva acima, se percebeu que nem todas as pessoas trans participantes desta pesquisa tomaram como forma de resistência o embate direto com a proibição, assim como preferiu o PIER (2017) e o DAN (2017) que diante do medo da possibilidade eminente do preconceito preferiu utilizar outra estratégia como colocado a seguir,

Tinha um banheiro que ficava numa didática nova, nunca tem ninguém naquele banheiro e é um banheiro que tu entra e aí tu tem masculino e feminino no mesmo banheiro, daí eu costumava sempre ir nesse banheiro porque sabia que nunca tinha ninguém e que eu tipo podia ir ali, entendeu? (PIER, 2017)

Então eu sempre chamava os meus amigos homens pra irem comigo aí eles olhavam e a gente entrava se tivesse muita gente já me incomodava, se tivesse vazio eu usava, era assim e eu sempre tentei ir acompanhado quando não dava eu usava o banheiro do meu departamento que é mais tranquilo, porque todas as pessoas ali sabem que eu sou trans e eu não teria nenhum problema em encontrar qualquer pessoa dentro do banheiro, porque já me conheciam, então o banheiro mais confortável pra eu ir era sempre o banheiro do meu departamento. (DAN, 2017).

A partir das falas dos dois entrevistados, descritas acima podemos perceber mais uma vez as estratégias utilizadas por estes dois homens transexuais para utilizar o banheiro, estas não diferentes ou destoantes da utilizadas pelas mulheres transexuais. Perceba que o receio ou até mesmo o medo da possível represália ou violência fez com que o PIER ficasse dois semestres sem ir ao banheiro. Perceba que tanto na fala do PIER como na do DAN, eles colocam que quando necessitavam ir ao referido banheiro solicitavam ajuda de um amigo para observar o banheiro enquanto eles usavam ou faziam uso de outro banheiro distante, menos movimentado.

A relação da transexualidade e a necessidade do uso do banheiro público na universidade nos mostra o quanto ainda, através da reprodução da heteronormatividade nos espaços arquitetônicos, como é o caso do banheiro se tenta controlar e produzir a heterossexualidade, que inscreve nestes espaços normas e padrões heterossexuais inteligíveis, onde as pessoas aceitas têm que expressar seu gênero em conformidade com o sexo biológico e prática sexual. Não sobrando espaço para os corpos que divergem dessa estrutura, representando o corpo trans, perigo para estas normas na medida em que reivindica o gênero em discordância com o corpo sexuado (BENTO, 2008), e assim corroborando com a segregação do acesso das pessoas trans aos banheiros por simplesmente subverter a norma.

O que fora percebido nesta seção é que o espaço do banheiro apesar de ser um lugar onde se define a entrada pelo “gênero” estes descritos como espaços “masculinos” e “femininos”, no caso das pessoas transexuais não há este direito, o que nos leva a entender que não só a sociedade, mas como a instituição a partir das pessoas, funcionários e estudantes que a fazem, tem uma visão cisheteronormativa acerca do que seja o gênero, logo relacionando o espaço do banheiro erroneamente não pelo gênero e sim pelo sexo biológico, provado nas experiências aqui narradas.

O que quero colocar é que se o banheiro é um espaço para pessoas masculinas e femininas, logo este é um espaço apropriado para as mulheres trans (banheiro feminino) e homens trans (masculino), pois estas pessoas se identificam e reproduzem a partir desse binário de gênero. Neste sentido se vê necessário uma ampla formação não só dos profissionais da instituição mais de toda universidade acerca da transexualidade e sobre identidade de gênero, como também a criação de uma política ou portaria que venha a regulamentar o respeito a identidade de gênero das pessoas trans, possibilitando assim o uso do banheiro correto por estas pessoas.

3.4 – MOVIMENTO TRANS NA UNIVERSIDADE COMO RESISTÊNCIA AS NORMAS DE GÊNERO

Neste processo de vivências das pessoas transexuais na Universidade, o movimento social e a militância transexual foram de primordial importância para a descoberta de alguns/algumas participantes desta pesquisa sobre sua transexualidade. Tal movimento também serviu de apoio e base para a busca do acesso aos direitos das pessoas trans na Universidade, como por exemplo, a implantação da Política de Nome Social, e a criação da Semana da Visibilidade Trans como espaço não só de resistência mais de formação para toda a universidade sobre a transexualidade.

A LISA (2017) se mostra uma precursora neste sentido, militante do movimento transfeminista busca participar de espaços com vistas a difundir no meio universitário a discussão da temática trans como cita em sua fala,

É no meu caso, por eu ter me envolvido na causa, né acabo me dedicando a minha vida mais ao ativismo e tal e não só a questão da LGBT mas do feminismo porque pra mim a base né da lgbtfobia tem a ver com machismo, né se a gente não combater o machismo e a desigualdade de gênero, a gente

não vai conseguir vencer a lgbtfobia porque perpassa por isso né. Aí é isso, me dedicando e tal pra que outras pessoas trans não passem pelo que eu já passei mesmo que seja mais né... Pessoas trans possam estar aqui na universidade e conseguir realizar seus sonhos né, porque muitas acabam né a partir de que são expulsas de casa, porque são poucas famílias que aceitavam antigamente., Hoje, graças a Deus, já está mudando muito, mas antigamente era muito difícil pessoas trans que se assumissem algo antes ter sua dependência financeira e tal, permanecer em casa e acaba aí saindo e sendo expulsa de casa e sendo expulsa de um ambiente e sem o apoio né de uma família, difícil. É difícil se manter na escola aí a ida é a opção da sobrevivência é a prostituição, a prostituição acaba abraçando essa pessoa, e essa pessoa para sair é muito complicado né, como eu saí assim é muito difícil, para quem entra na prostituição sair, né é por isso que a expectativa de vida é de trinta e cinco anos porque a vulnerabilidade é muito forte.

A fala da entrevistada nos mostra a importância da presença da militância nos espaços sociais como a universidade, como disseminadora de informações e também como estratégia de resistência ao poder opressor da heteronormatividade, entendendo assim como diz Butler (2003, p. 199), “o gênero é uma performance com consequências claramente punitivas [...], de fato habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero”. Neste caso a Lisa pontua a prostituição compulsória como único meio de sobrevivência para as pessoas trans, devido a todo processo de sofrimento, segregação familiar e social pelo qual principalmente as mulheres transexuais passam em nossa sociedade.

A participante vê no movimento social e o envolvimento com as lutas ligadas a defesa dos direitos da população LGBT e ao ativismo transfeminista como uma forma de combater o machismo mas também outras formas de opressão na universidade., Tal atitude nos mostra que “os grupos dominados são, muitas das vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão lugares de resistência” (LOURO, 2014, p. 37), ocupando assim espaços e coletivos para levar não somente a discussão sobre a temática mas também as problemáticas vivenciadas pela população transexual na universidade.

Em se tratando de tal assunto vale salientar a importância que @s entrevistad@s deram para a militância LGBT como fator importante na luta pela desigualdade na universidade, ao qual destas falas cito a do DAN (2017),

Foi bom para mim porque aprendi muito com o movimento social, é me juntando aos grupos né do movimento social. Olha é eu aprendi tanto que não sei nem como explicar, assim por um certo momento eu pensei em me ausentar porque são muitas coisas para levar em consideração, lidar com as pessoas dentro da universidade como todo mundo já me conhecia, então, não tinha problema nenhum. Eu me manifestava, eu fazia parte de várias palestras e tudo, mas assim, depois da universidade e fora de casa era algo mais, era muito amplo. Então eu tinha um certo receio de me expor e sempre

que o movimento social pedia, ter aquela representatividade do homem trans que na época em dois mil e quatorze quase não tinha só tinha um homem trans assumido como trans mesmo, assim ele é mais reservado do que eu, então, eu super entendia o lado dele depois que ele me levantou várias questões que aconteceram com ele e isso me deixa um pouco mais preocupado, entendeu? Mas como eu fui super, hiper vigilante sobre essas questões que me incomodavam eu sempre pudei, mas o que eu poderia fazer e o que não poderia fazer dentro da militância do movimento social, então, foi assim que eu fui lidando até hoje com certas coisas que eu preciso expor e não expor dentro do movimento social.

A partir da fala acima podemos perceber a potência que tem a presença do Movimento Social na universidade. Ele coloca o quanto aprendeu com a vivência com as pessoas do movimento social e o quanto isso foi importante no seu processo de construção de sua identidade e de crescimento como pessoa trans.

Partindo da necessidade de se dar maior visibilidade as pessoas Trans na universidade federal de Sergipe, a LISA (2017) coloca em seu depoimento que achou necessário a criação de coletivos que discutissem a temática, o que culminou na criação da Associação e Movimento Sergipano Transexual e Travestis – AMOSERTRANS e na organização da Semana da Visibilidade Trans, evento de primordial importância dentro da universidade. Esta é uma das estratégias principais de enfrentamento às normas vigentes de gênero na universidade e como espaço de formação e informação para os demais estudantes assim como fala a LISA (2017),

[...] a gente criou um coletivo chamado Desmontados. A partir desse coletivo Desmontados, a gente acabou né . Paralelo a isso fora da universidade eu com algumas amigas fundamos a AMOSERTRANS né que é Associação e Movimento Sergipano Transexual e Travestis que eu, em uma das reuniões da AMOSERTRANS né, a gente teve a ideia de criar a primeira Semana da Visibilidade Trans. Tiago Ranieri que tinha um conhecimento com Claudiane Santos que é uma professora também de gêneros e sexualidade do Departamento de Biologia é ... Propôs a ela uma parceria da AMOSERTRANS com o Departamento de Biologia e ela aceitou e a gente fez a primeira Semana da Visibilidade Trans né, com várias palestras, vários debates e oficinas foi muito assim e... Teve uma visibilidade muito grande, uma aceitação tanto nas oficinas, eram todos nas mesas, eram tudo lotadas assim foi muito importante né, para que mudasse um pouco a visão né não só dos gestores da universidade e funcionários e professor e alunos assim. Porque acabaram, que por isso, que é a visibilidade, não se falava e as pessoas ignoravam e então não sabiam como tratar né como respeitar as pessoas trans. A partir do momento que tem essa visibilidade né, que as pessoas podem ter acesso né, e o conhecimento sobre as identidades trans né e acaba tirando, diminuindo um pouco né esse preconceito.

A LISA nos leva a entender o quanto é possível resistir frente a transfobia (re)produzida na Universidade com a atitude de criar coletivos, fundar a AMOSERTRANS e organizar a Semana da Visibilidade Trans. Foram estratégias encontradas pela mesma para dar maior visibilidade as demandas das pessoas trans na Universidade, o que serviu de instrumento e apoio a vida de outras pessoas trans que lá se encontravam, mas não sabiam como lidar com a segregação vivenciada diariamente.

Assim como coloca Bento (2008, p. 20), “A Transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais/anormais”. Neste sentido, a presença dest@s estudantes transexuais na universidade borra as normas de gênero, mostrando que há possibilidades de vivência além da heteronormatividade e do binarismo de gênero, e que também é possível corpos transexuais transitarem na universidade como estudantes.

É a partir da luta organizada de movimentos sociais, coletivos e espaços como a Semana da Visibilidade Trans que as pessoas transexuais ganham maior espaço na universidade, mostram que existem e buscam visibilidade e acesso a partir da luta pela efetivação de direitos e de suas demandas específicas. O que se percebeu aqui nesta seção é que o movimento social organizado é uma potência nesse contexto, pois possibilita a organização das pessoas transexuais na busca pelos direitos não só dentro da universidade, mas fora dela.

A militância Transexual e LGBT foram também de primordial importância na formação pessoal de algumas pessoas transexuais entrevistadas que viram no movimento um espaço para reconhecimento de suas identidades e também a formação como pessoa transexual, o que ajudou as entrevistadas a se empoderarem mais e assim buscar a efetivação de seus direitos como ser humano e como estudante.

4 - POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À POPULAÇÃO TRANSEXUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A partir das discussões acerca da necessidade do acesso e permanência das pessoas transexuais na universidade se chegou ao levantamento das Políticas existentes e da

necessidade de regulamentação de outros meios para a efetivação de direitos para a população LGBT na Universidade Federal de Sergipe.

O ensino superior como política Pública está amparado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (9394/96), em seu Capítulo IV, Art. 43, que coloca como finalidade da Educação Superior:

- I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.
- III – Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

Como se observa, a educação superior em nosso país é fundamentada em diversas finalidades, como o incentivo ao trabalho, pesquisa e iniciação científica, dentre outros. Destas finalidades destaca-se o item VI que fala de: “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais” (LDB, Art. 43, VI), neste sentido, entendendo ser a violência, a segregação e a opressão problemas inerentes ao nosso contexto social atual, se torna importante a discussão na universidade de todas as formas de opressão assim como a lgbtfobia.

O acesso à educação superior por parte das pessoas transexuais ainda é muito limitado. Aumentar esse índice depende, portanto, da melhoria do acesso e permanência, da qualidade do ensino médio, da existência de uma oferta de educação superior suficientemente

diversificada que possa atender de forma significativa à grande variedade de motivações, interesses e condições de estudo da população e de políticas de financiamento que permitam o acesso das camadas mais marginalizadas da sociedade brasileira a citar também a população LGBT e, em especial, as pessoas transexuais.

A diversidade da educação superior brasileira se mostra principalmente no nível da graduação, na variedade de organizações acadêmicas existentes, como faculdades, centros Universitários e Universidades, localizadas em diversos municípios e regiões do país, com diferentes culturas e costumes, bem como na multiplicidade de instituições e cursos. Nesse cenário heterogêneo e também heteronormativo, cujas diferenças deveriam ser respeitadas e valorizadas, pouco se encontram políticas públicas afirmativas que visem o acesso e a permanência de pessoas Transexuais no ensino superior.

Ao se falar do assunto, Azevedo (1997) destaca que o surgimento de uma política pública específica para determinado setor “[...] constitui-se a partir de uma questão que se torna socialmente problematizada. A partir de um problema que passa a ser discutido amplamente pela sociedade, exigindo atuação do Estado” (p. 61). Dessa forma, considerando o ingresso de pessoas transexuais no ensino superior e a demanda reprimida de respeito à identidade de gênero destas pessoas, a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, publicou a resolução 12 de 16 de janeiro de 2015, que,

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização (BRASIL, 2015, p. 01).

A referida norma trata da necessidade do respeito à identidade de gênero e, conseqüentemente, o direito ao uso do nome social por parte das pessoas travestis, transexuais e outras pessoas que não tenham sua identidade de gênero reconhecida no âmbito da educação. No entanto, o que se percebe é que a referida norma não teve a divulgação necessária para chegar a todos os espaços educacionais, como também por não ter força de lei, e ser uma resolução, necessita de regulamentação nos âmbitos estaduais e municipais para se efetivar.

Em se tratando desta temática, o respeito ao uso do nome social é um dos primeiros entraves encontrando na universidade, na vivência cotidiana pelas pessoas transexuais. Ao se referir aos participantes desta pesquisa e a Universidade Federal de Sergipe, é de suma importância colocar que hoje a Universidade dispõe desse direito, mas devido à resistência e

luta de uma estudante Trans, a LISA, que ao chegar em seu primeiro dia de aula foi desrespeitada e, assim, decidiu lutar para a efetivação desse direito.

As narrativas que versam sobre o assunto nos mostra o quanto ainda as pessoas transexuais encontram resistência quanto à solicitação por parte da academia e de alguns professores para o respeito a sua identidade de gênero, e a possibilidade de tratamento pela sua identidade e claro pelo seu nome social, que é, “o nome pelo qual as travestis e transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto seu registro não é adequado a sua identidade e expressão de gênero” (JESUS, 2012, p. 30).

A luta travada pela LISA se inicia em 2013 quando ela ingressa na Universidade Federal de Sergipe, no curso de Letras Português/ Francês. A partir do episódio relatado acima, ela não cruzou os braços e como estratégia de resistência mobilizou a reitoria da Universidade para solucionar tal problemática, o que culminou na efetivação da Portaria nº 2209 de 18 de junho de 2013, que regulamenta o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos da UFS, como descrita abaixo:

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o que determina o art. 5º da Constituição Federal, que dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza;

Considerando a necessidade de respeito aos Direitos Humanos, à pluralidade e à dignidade humana, a fim de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso de todos no processo de educação;

Considerando as políticas de inclusão adotadas pela Universidade Federal de Sergipe; considerando o parecer da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Sergipe no processo nº 23113.011677/2013-24; RESOLVE:

Art. 1º- Determinar a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos respectivos registros acadêmicos de graduação e pós-graduação de todos os campi da Universidade Federal de Sergipe. Parágrafo Único – Por nome social entende-se aquele pelo qual o travesti ou transexual é reconhecido, identificado e denominado no meio social.

Art. 2º- O estudante maior de 18 anos poderá requerer, por escrito, a inclusão do seu nome social pela UFS no ato de matrícula ou a qualquer momento no decorrer do curso. Parágrafo Único – Os estudantes menores poderão requerer o direito mediante autorização por escrito dos pais ou responsáveis.

Art. 3º- O nome social deverá constar em todos os registros da UFS, entre parênteses, ao lado do nome civil.

Art. 4º- No histórico escolar, declarações, certificados e diplomas constará apenas o nome civil.

Art. 5º- Na cerimônia de colação de grau, a outorga será realizada considerando o nome social, porém na ata da sessão deverá constar o nome civil.

Art. 6º- Quando da confecção de crachás, carteiras ou qualquer outro documento de identificação interna será utilizado apenas o nome social.

Art. 7º- É dever de todos os servidores da UFS respeitar o nome social do travesti ou transexual, sempre que houver, usando-o para a eles se referir, evitando o uso do nome civil.

Art. 8º- Esta portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Boletim Interno de Serviço da UFS.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli REITOR

O direito é regulamentado, no entanto, a partir da análise das narrativas se entende que o mesmo não é efetivado da forma como é esperada., O acesso ao direito não tem sido muito fácil, pois há relatos de grande demora para se atender a solicitação de adequação do nome social, assim como colocado pela maioria d@s participantes, que devido a essa morosidade por parte do Departamento de Assuntos Acadêmicos – DAA em efetivar tal direito, el@ continuavam passando por constrangimentos em sala de aula, como podemos perceber na fala do DAN (2017).

Pedi a retificação. Demorou muito tempo, depois que o período começo eu não tinha conseguido o meu nome social. Elas tentavam me chamar pelo meu nome social, mas quando viam a chamada meus professores muitos deles evitavam falar os nomes. Eles passavam a lista já para tentar não me constranger [...] era muito difícil principalmente para as pessoas que tinha mais contato. Eles muitas vezes eles erravam os pronomes aí eu ficava meio chateado e não podia dizer nada teve homens que cheguei aos professores mais íntimos como minha orientadora e disse: professora tente me chamar pelo masculino pelo menos me chamar pelo nome mais neutro que é todo mundo me chama de (...). Eu não me importava que fosse (...), mas falasse ele, falasse não sei o que, toda hora me referindo no feminino. As pessoas estavam confusas e ficavam mais confusas ainda, eu me mostrando como um homem transexual e sendo chamado pelo feminino e as pessoas não entendiam, principalmente quem não me conheciam e aí estava conhecendo agora. Aí foi essa briga porque até o próprio DAA dificultou minha vida durante seis meses, até bater o pé e dizer, eu fui mais de cinco vezes em um mês lá pedir a eles que mudassem e como mudava. Eles não me disseram o que eles não sabiam como não mudar, eles só disseram que estavam em processo, qual era a dificuldade de mudar um nome social. Já existiam pessoas que usavam, então eu fui com essa pessoa que foi (...) lá no DAA para tentar dar um basta porque eu já estava cansado, já tinha três meses [...] e aí conseguiu resolver não sei o que lá, pedi até um professor ele imprimiu na hora a lista de chamada e levei lá no DAA para dizer: Olhe vocês não mudaram nada, isso me constrange. Os professores não sabem o que fazer, as pessoas pegam a lista de chamadas veem meu nome, mas não é o meu nome, então, fico constrangida mesmo que eles não chamem, aí fui lá com (a LISA) e ela explicou a situação para a pessoa que fazia mudança. Aí a pessoa disse há é o inverso, eu pensei que ele era ela e ela era ele e ficou nessa conversa, eu disse não eu sempre expliquei para vocês, vocês que não perguntaram pra eu como fazer e no mesmo dia na mesma hora eles conseguiram resolver depois de seis meses.

A presença do corpo Trans em sala de aula acaba por borrar as normas de gênero vigente, demonstrando, que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas

estruturas corpóreas (BENTO 2008, p. 30). Outrora, a maneira como se trata a pessoa trans em sala de aula e a insistência mesmo que irracional por parte de colegas e professores em tratar a pessoa trans pelo gênero em consonância ao sexo biológico, nos mostra o “potencial” demarcador de identidade que tem o “sexo” biológico.

A narrativa do DAN (2017) nos traz elementos importantes para o entendimento da necessidade dessa política. Ele fala que enquanto não tinha seu nome social atribuído em lista de chamada, os professores preferiam passar a lista a fazer chamada nominal. A atitude traz à tona uma estratégia errônea de não “constranger” o mesmo, pois acabava por expor seu nome de registro a os colegas. O mesmo ainda expressa que o Próprio DAA dificultou seu processo durante seis meses, colaborando para que pudesse continuar sendo vitimado em sala de aula.

O relato do homem trans ainda nos expressa também a falta de informação por parte de estudantes e alguns funcionários da universidade acerca da temática, o que levava a morosidade dos processos. Enquanto não efetivada a adequação dos registros acadêmicos, havia constrangimentos como também podemos perceber na fala da JÉSSICA (2017).

Sempre, sempre, sempre. Sempre me tratava no masculino, nunca no feminino. Nunca, nenhum. Nossa, eu só faltava cavar um buraco no chão e me enterrar né. Até eu tinha colegas que disse assim, não professor que ele é ela e ficava meio sem graça né, mas isso, é assim, os meus colegas falavam isso na frente da turma inteira, mas isso continuava. O mesmo professor falava e depois, professor me tire uma dúvida, qual sua dúvida diga aí, que dúvida é que ele tem? Aí eu ficava sem jeito, até esquecia o que eu ia perguntar. Aí os meninos falavam assim, não professor que ele, que ele? Você está vendo algum homem aqui? É uma mulher não é homem, aí eles ficavam meio sem graça, mas assim, para eles tanto faziam ou não sabe, não era com eles, então, não estava doendo neles, não estava constrangendo a eles né, então, agora pra mim tratar com relação ao gênero feminino nunca ele me tratou, só depois mesmo da mudança de nome.

O relato da JÉSSICA (2017) nos mostra o quanto ainda em nossas salas de aulas pessoas transexuais sofrem as marcas das violências de gênero e do poder opressor da heteronormatividade. A atitude do professor em sempre tratá-la no masculino, apesar de ver uma mulher e ser a todo tempo lembrado pelos colegas de identidade de gênero dela, leva-nos a perceber o quanto há ainda resistência por parte de alguns profissionais de educação em aceitar e respeitar as diferenças que se apresentam em sala de aula.

Aluna do Campus de Itabaiana, o primeiro contato com a entrevistada foi feito nos corredores da universidade, onde logo ela colocou a sua empreitada em busca da efetivação do direito ao nome social nos registros da universidade. De início a entrevistada colocou que

estava a dois anos esperando pelo deferimento do seu pedido, ao qual me prestei a ajudá-la, indo ao DAA do campus, entrando em contato com setores da universidade, solucionando o problema em menos de duas semanas, o que a deixou muito feliz como podemos perceber em sua fala a seguir:

Depois mulher que eu vi na lista quando ela abriu filha, com o meu nome Jéssica que eu vi na foto que eu mandei para você naquele dia da reforma, gente quase que eu morro. Eu só não soltei fogos porque eu não tinha, porque quase que morro ali, quase que eu morro pelo valor que alguém me deu, gente; pelo valor que alguém me deu é maravilhoso (JÉSSICA, 2017).

A alegria passada pela entrevistada, nos mostra a importância que tem o respeito pela sua identidade de gênero para uma pessoa transexual, é o direito a existir que se dá naquele momento, é o direito a ir e voltar sem passar por discriminação, ou diminuir a segregação que passa essas pessoas no convívio estudantil.

A partir das falas aqui citadas, percebemos a importância da Portaria 2209 de 18 de junho de 2013, que institui o uso do nome social nos registros acadêmicos da Universidade Federal de Sergipe. No entanto, a partir dos relatos das vivências d@s sujeitos desta pesquisa, percebe-se que a universidade apesar de instituir tal política, não preparou os recursos humanos institucionais para atender de forma satisfatória @s estudantes que necessitam deste serviço.

Em face desta situação vale salientar que ao instituir tal política, a Universidade está referendando a identidade de gênero das pessoas trans na universidade, no entanto se percebe que a mesma universidade que regulamenta o respeito à identidade das pessoas trans não consegue fazer que esse direito se estenda além da mera lista de frequência ou identidade estudantil, respeitando essas pessoas como homens e mulheres transexuais, no entanto como já citado nesta pesquisa, não adequou a norma a dar o direito ao uso do banheiro de acordo com seu gênero já institucionalmente respeitado e bem como outros espaços e setores como cita a MARTHA (2017) em seu depoimento com relação à política de residência universitária,

Aqui na universidade, então a gente tem a assistência estudantil da universidade né que eu sou bolsista, sou residente, então não sei se eles. Eu sou o primeiro caso transgênero também da assistência estudantil e que eu não pedi transferência da residência masculina. Eu não pedi primeiro porque eu moro em uma república que só era oficialmente a república gay da universidade, que só moram gays dentro da casa né e eu a única mulher da casa e aí eu não sei se na política pra que as meninas e os homens trans que entrassem e pedissem residência tivesse esse acesso dentro da residência devida com o seu gênero devido ali na universidade. É talvez eles

repensassem isso é porque eles não pensam. Eu tenho certeza disso que não tem nenhuma preocupação, eles me respeitam lá e tal como Martha, mas eles sabem, mas até hoje eu nunca fui questionada por nenhum deles por permanecer dentro de uma república masculina, então a gente vê a falta de atenção por parte dessa assistência que às vezes nem pode dizer que é assistência.

O caso acima, é um exemplo da falta de gestão e relação entre as políticas educacionais existentes na universidade, perceptível quando ela coloca que há uma discordância entre as políticas quando a universidade a reconhece como mulher e dá direito ao uso do nome social, mas não atenta para a retirada da mesma da residência universitária masculina, o que acaba por continuar agindo com segregação e violência de gênero.

Com relação à questão das políticas públicas de acesso e permanências das pessoas Trans na universidade, em especial a política que versa sobre o respeito identidade de gênero, que é a política do nome social, é necessário a adequação dos outros espaços da universidade com vistas ao respeito à pessoa trans. Logo, em virtude desta política, referendar o uso do banheiro adequado ao gênero, a instalação das pessoas trans em residências universitárias em consonância com sua identidade de gênero e a institucionalização do respeito a gênero da pessoa trans em todos os espaços da universidade.

Ainda tratando das políticas públicas existentes para pessoas Trans, temos a criação pelo professor Dr. Rodrigo Dornelas, do Departamento de Fonoaudiologia em conjunto com o movimento social e parcerias o Ambulatório de Atendimento ao Processo Transexualizador – Ambulatório Trans, que fica no campus de Lagarto, entendido pela CÉLIA (2017) como um avanço na universidade,

Eu atualmente estou frequentando o ambulatório trans, de Lagarto que é um lugar muito legal no que diz respeito à saúde e bem star de pessoas trans. Eu me consultei na última quinta-feira, eu fui bem atendida pela psicóloga, ela conversou comigo e eles têm todo um apoio do Governo, é uma junção da UFS e um trabalho voluntário por parte de alguns médicos especialistas, e eu vou desfrutar de atendimento de médicos como endocrinologista, psicólogo, psiquiatra, nutricionista, fonoaudiólogo, tudo isso em prol da minha saúde, da questão da adequação do meu corpo, a minha identidade de gênero, da minha forma de se expressar, alimentação. Eu achei um ponto muito positivo essa iniciativa da criação do ambulatório trans pra essa questão da nossa saúde e bem estar porque a gente sabe que nem todas as garotas trans, travestis têm a condição de pagar por um tratamento hormonal ou de ter um certo acompanhamento médico, de ter tanta disponibilidade de médicos como a gente está tendo lá no ambulatório, eu achei isso muito importante.

O Ambulatório Transexual de Lagarto é regulamentado pela portaria do Ministério da Saúde nº 2803 de 19 de novembro de 2013, que versa sobre o processo transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde. O ambulatório em questão é uma política interna da UFS

onde todos os seus profissionais são voluntários, pois foi instituído a partir de um projeto de extensão coordenado pelo professor Rodrigo Dornelas do departamento de fonoaudiologia e hoje é um serviço aprovado e regulamentado pela portaria já citada acima, contando com apoio do governo local e estadual e pela Militância Trans e LGBT.

A partir da referida pesquisa se conclui que em se tratando de políticas públicas efetivas para a população trans da Universidade Federal de Sergipe temos como únicas, a Portaria do Nome Social e o Ambulatório Transexual do Campus de Lagarto. Outrora ao perguntar da necessidade de novas políticas @s entrevistad@s, foram colocadas diversas necessidades como, a possibilidade de políticas de cotas para transexuais, a adequação dos espaços da universidade em consonância com a portaria de nome social. Porém, o mais evidente nas falas foi a necessidade de formação dos profissionais da Universidade, como citada na fala da LISA (2017):

[...] é importante a portaria, mas não é totalmente eficaz porque não adianta ter a portaria e não ter nem capacitação, que eu percebi tem a portaria, mas os profissionais não sabiam. É tanto que eu tive, às vezes, até de brigar lá mesmo com a portaria para que fosse retificado o nome né lá no cadastro lá na UFS né porque não adianta também ter a portaria e ter as políticas públicas e não ter nenhuma conscientização né dos funcionários, dos gestores né, capacitação para lidar com esse público. Por isso que eu acho que é importante também de fazer esse trabalho né é de não só com os alunos, mas com os gestores e com os professores sobre como lidar né com as pessoas trans né. LGBT em geral.

É de suma importância a partir da formação de todo corpo funcional e educacional da universidade, efetivar o respeito pelas diferenças, pois segundo a JÉSSICA (2017), “Falta respeito, eu acho que, que não tem, a universidade ela não tem nenhum respeito com o público trans, não tem respeito com que seja diferente do que eles imaginam”. Quando a JÉSSICA, cita sobre o respeito pelo diferente, ela nos mostra que, nesse contexto, assim como coloca Bento (2008, p.60), “As mulheres e os homens transexuais lutam para serem reconhecidas socialmente e legalmente de acordo com o gênero identificado”. Na universidade a luta pelo reconhecimento se torna uma batalha diária, ao qual a universidade precisa apoiar de forma a deixar claro a necessidade de inclusão assim como cita o DAN (2017):

A Universidade poderia promover debates porque todos os debates que têm dentro da universidade são gerados por grupos e segmentos diferentes, não é da própria universidade, não é o reitor que apoia. A universidade apoia, claro porque existem pessoas que tem demanda ali dentro que precisam ser faladas e muita gente ainda o que são pessoas trans na universidade, principalmente cada semestre são milhões de pessoas diferentes com cabeças diferentes e essas informações precisam ser sempre repassadas, sempre atualizadas para

que essas novas pessoas conheçam o mundo em que elas, onde elas estão e que existem pessoas trans naquele mundo e que precisam ser respeitadas.

A fala do DAN (2017), nos coloca a falta por parte da universidade em discutir a temática, nos mostrando que quando se é discutido, muitas das vezes tais espaços são organizados pelo movimento social, coletivos e pessoas ligadas à militância Trans. Estamos vivenciando um momento em que como coloca Oliveira (2017, p.132), “o Estado e a sociedade passam a ter presente e a ter que efetivamente lidar com pessoas abertamente em inconformidade com o gênero que lhes foi socialmente atribuído.”, necessitando assim cada vez mais que se criem legislações que visem o maior acesso por pessoas transexuais a educação superior, como também políticas que visem uma maior divulgação da diversidade sexual e da necessidade do respeito à identidade de gênero das pessoas transexuais na sociedade.

A partir das análises feitas nesta seção considera-se que a Universidade Federal de Sergipe ainda necessita ampliar as discussões acerca da transexualidade e do respeito às diferenças em todas as suas instâncias. Percebe-se ainda que esta se encontra caminhando em pequenos passos quanto a discussão é a efetivação de direitos das pessoas trans no espaço acadêmico, contando com somente uma política pública efetiva que atenda a essa população, que é a portaria de nome social, esta ainda motivada e incentivada por instâncias superiores. No entanto, com eficiência e eficácia não desejável como pode se constatar nos relatos nesta seção.

Outro espaço de primordial importância criado a partir do contato do Professor Dr. Rodrigo Dornelas com o movimento social e setores da universidade é o Ambulatório de Atendimento a Pessoas Transexuais, localizado no campus de saúde da UFS na cidade de Lagarto, que atende hoje transexuais de todo o estado, com profissionais de diversas áreas trabalhando de forma voluntária.

Apesar da existência dessas duas políticas importantes para as pessoas transexuais na universidade, percebe-se que as pessoas transexuais acabam vivenciando diversos entraves na busca de seus direitos, como também se percebeu a falta de conexão das políticas de atendimento ao público transexual com os outros espaços da universidade, como já citado o exemplo prático e contraditório do respeito ao nome social e, ao mesmo tempo, o não acesso ao banheiro.

5 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É necessário entender que a diversidade sexual e de gênero é uma realidade em nossa sociedade como também nos espaços universitários. A presença das pessoas transexuais no espaço acadêmico é uma realidade expressivamente relativa e ainda em emergência, se levarmos em consideração que para estas pessoas a nossa sociedade sempre deu como único espaço as ruas e como meio de sobrevivência em grande maioria dos casos a prostituição compulsória.

Viver a transexualidade não é uma das melhores experiências que um ser humano pode viver em sociedade. Ao considerarmos toda a segregação e violência pelas quais passam essas pessoas, devido à reprodução da heteronormatividade compulsória, em nossa sociedade que as colocam como anormais, desviadas, perturbadas, doentes, dentre outros adjetivos.

Assim, como na sociedade, na universidade também se reproduzem essas normas e conceitos, um “heteroterrorismo” recorrente que vitima a todo momento os “desviantes” da heterossexualidade, e nesse contexto quando se trata de preconceito e discriminação as pessoas transexuais sofrem mais por desestabilizar esta norma.

É a partir deste contexto que nasceu a ideia da presente pesquisa. Analisar as vivências das pessoas transexuais na universidade, podendo então refletir sobre as trajetórias de vida universitárias dos sujeitos envolvidos, percebendo as estratégias utilizadas pel@s mesm@s para permanecer no ensino superior.

A partir da realização de todas as etapas do referido trabalho acadêmico, seja o levantamento prévio de referencial teórico que servisse de base para a mesma, a ida ao campo para realização das entrevistas, o contato corpo a corpo com @s entrevistad@s e a possibilidade de vivenciar um pouco suas histórias, foi possível chegar a algumas conclusões que atenderam de forma satisfatória os objetivos da pesquisa.

Quanto à identificação e caracterização d@s estudantes trans matriculad@s na Universidade Federal de Sergipe, estes 7 (sete) distribuídos com relação ao gênero, sendo dois homens e cinco mulheres, número muito pequeno se levar em consideração o quantitativo de estudantes da instituição.

Em se tratando das trajetórias de vida d@s entrevistada@s com relação ao seu processo formativo, pode-se chegar a conclusão de que tod@s passaram por problemas de

segregação na educação básica, nos quais foram vitimad@s, excluíd@s e violentad@s em suas escolas, mas continuaram firme, diferente de outras pessoas trans, el@s não desistiram e conseguiram acessar o ensino superior, onde pensaram ser diferentes.

Na universidade não foi diferente, diversas foram as dificuldades encontradas por tod@s entrevistad@s ao terem o acesso. Apesar de encontrarem na UFS um espaço para o entendimento de suas próprias identidades, a partir da busca do conhecimento sobre a transexualidade, gênero e sexualidade, logo ao chegar, tod@s narraram ter sofrido processos de segregação e preconceito.

O primeiro grande entrave na vida universitária d@s participantes fora o não reconhecimento de sua identidade de gênero e o desrespeito quanto ao uso do nome social quando solicitado. Em suas narrativas @s participantes da pesquisa colocaram o quanto foi difícil lidar com tal situação, que privou a muitos o exercício de seus direitos como alun@, que, em muitas das vezes, alguns d@s estudantes deixavam de exercer direitos como alun@s, para não serem possíveis vítimas de opressão.

A problemática do uso do nome social resolve-se em parte quando a partir de uma situação de opressão uma das estudantes, como forma de resistência decide ir de encontro às normas, buscando solução para o caso, o que motivou a reitoria da universidade a pensar em uma normativa que regulamentasse o direito a existir das pessoas transexuais, culminando na criação da portaria que hoje dá direito ao uso do nome social por pessoas transexuais.

Mas, não somente de identidade vive uma pessoa transexual. Inicio assim, esse parágrafo, colocando que apesar de respeitar a pessoa transexual por suas questões identitárias de gênero, ficou comprovando a partir das falas d@s participantes desta pesquisa que a Universidade fecha os olhos quanto ao direito ao uso do banheiro por estas pessoas. Tod@s @s entrevistad@s narraram problemas quanto ao uso do banheiro, um espaço negado a el@s a todo momento. Os relatos falam de segregação por parte de funcionários da universidade quanto à entrada d@s entrevistad@s nos banheiros de diversos espaços da universidade.

As estratégias utilizadas pel@s estudantes para assim exercerem o direito legal de uso do banheiro, vão desde a própria privação do uso, o uso de banheiros em setores não tão movimentados, até do convite a outr@ colega para observar a porta do banheiro enquanto se fazia o uso. Todas estas estratégias utilizadas com a finalidade de não serem vítimas de opressão ou violência no exercício desse direito.

Contudo, apesar de todo esse processo de exclusão, privação e de segregação vivenciados pelas pessoas transexuais na UFS, surge o movimento social dentro da universidade que, a partir da luta a favor do nome social, acampa outras batalhas. Criam-se coletivos e espaços de discussão, organiza-se a Semana da Visibilidade Trans que neste ano (2018) estará em sua quarta edição. Tais movimentos foram muito importantes na vida d@s entrevistad@s, pois a partir deles encontraram apoio para a busca de seus direitos dentro da universidade.

Ao relacionar as políticas públicas voltadas ao público transexual, podemos elencar infelizmente uma única política que é a Portaria de Nome Social, no entanto, quanto à execução do referido dispositivo de direito, a universidade é falha, pois ao analisar as narrativas é percebido que alguns funcionários não estão preparados para lidar com a temática, além da morosidade e falta de eficiência da universidade na consolidação desse direito.

Outro ponto contraditório em relação a tal política é a falta de universalidade da mesma com as outras políticas da universidade e outros setores. A UFS a partir da referida portaria atesta a identidade de gênero da pessoa transexual em seus registros acadêmicos, mas tal respeito e credibilidade fica somente na carteira estudantil e na chamada de classe, não sendo aceita a identidade destas pessoas em outros espaços e políticas, como o exemplo da aluna que, a partir da autorização do nome social, continuou na residência universitária masculina, e o uso do banheiro que, como colocado aqui, não é um espaço inclusivo na universidade.

Outro avanço de suma importância na UFS e que pode ser considerado uma política de grande relevância é o projeto de extensão elaborado pelo Professor Dr. Rodrigo Dornelas que criou o Ambulatório de atendimento às pessoas transexuais no campo de Lagarto, contando hoje com atendimento multidisciplinar por profissionais voluntários da própria instituição e atendendo a demanda de todo o estado de Sergipe.

Estudar a educação e transexualidade para mim foi um trabalho muito prazeroso. A partir do andamento da atual pesquisa acadêmica, vários foram os aprendizados e as experiências que me fizeram crescer como pesquisadora. Experiências estas que têm muito a contribuir com a academia no sentido de trazer à universidade um tema considerado um tabu pela sociedade e tão pouco discutido na pós-graduação.

Tal conteúdo servirá de arcabouço para outras pesquisas que relacionem a transexualidade ao ensino superior contribuindo assim, para a formação de outros que tiverem sede de conhecimento sobre o tema.

É preciso entender que as presenças dos corpos trans são uma realidade na Universidade Federal de Sergipe e que chegou o momento desta, de forma institucional, reconhecer as diferenças, sendo esse um grande passo para se questionar as desigualdades existentes, pensando assim na necessidade de mudar as relações de poder em benefício daquel@s que, na educação, foram historicamente segregad@s e subalternizad@s.

6- REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- ANDRADE, Sandra Santos. **A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós estruturalistas**. In: Metodologias de pesquisas pós críticas em educação, Organização: Dagmar Estermann Meyer & Marlucy Alves paraíso. Belo Horizonte: Mazza Edições 2014.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo, Brasiliense. 2008
- BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas. Florianópolis, mai./ago., p. 549-559, 2011.
- BONDIA, Jorge Larrosa. **Notas Sobre a Experiência e o Saber da Experiência**. Revista Brasileira de Educação. nº 19 ,2002, p. 20-30. [on line]
- Brasil. (2015). **Resolução 12, de 16 de Janeiro de 2015**. Acessado em 02 de outubro de 2016, em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-0>.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BUTLER, JUDITH P., **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**; tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Regulações de gênero**. Cadernos Pagu, (42), p. 250-274, jan-jun de 2014.
- CARVALHO; ANDRADE, F.C.B. de; JUNQUEIRA, R. D. **Gênero e Diversidade Sexual**. Um Glossário. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009.
- PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.
- DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DIAS, Alfrâncio Ferreira; CRUZ, Maria Helena Santana. **A produção/reprodução do corpo generificado na escola**. Cadernos de Pesquisa, v. 22, n.3,pp.25-41,2015.
- FOUCAULT, Michel, **História da Sexualidade I - A Vontade de Saber**, 18ª Ed. São Paulo: Graal, 2007.
- GASTALDO, Denise. **Pesquisador/a desconstruído; a e influente? Desafios da articulação teoria-metodologia nos estudos pós críticos**, in, Dagmar Estermann Meyer, Marlucy Alves Paraíso (organizadoras): **Metodologias de pesquisas pós críticas em educação**. 2ª ed. Belo Horizonte, Mazza Edições,2014.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Identidade de Gênero e Políticas de Afirmação Identitária, Anais VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH**, Salvador, 2012. ISSN: 2316-3844.
- _____. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e termos - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. 2.ed. Brasília, 2012.
- _____. **Homofobia: Identificar e Prevenir**. 1.ed. Rio de Janeiro, Editora Metanoia, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Escola e Homofobia**. Pátio Revista Pedagógica. RS, Artmed, mai/jul 2009, PP. 28-31.

_____. **Homofobia nas Escolas: um problema de todos**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola**. Brasília, MEC/SECAD, 2009, PP.13-52.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Conhecer, pesquisar, escrever...**, Educação Sociedade e Cultura, n° 25, página 235-245, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2007.

MINÁYO, M. C. de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**; 2. ed. rev. e ampl., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

OLIVEIRA, João Manuel de. **Limbo da Normatividade: Reflexões sobre o gênero humano nas experiências de cross dressing** (p.141-156). In: **Gêneros e sexualidades: Interseções e Tangentes**, Organização: João Manuel Oliveira & Lígia Amâncio. Fundação para a ciência e tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Brasil: Gráfica Maiadouro, 2017.

OLIVEIRA, João Manuel de. **Trânsito de Gênero, leituras queer trans da potência do rizoma gênero** (p.115-140). In: **Gêneros e sexualidades: Interseções e Tangentes**, Organização: João Manuel Oliveira & Lígia Amâncio. Fundação para a ciência e tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Brasil: Gráfica Maiadouro, 2017.

PARAISO, Marluce Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas**. In: **Metodologias de pesquisas pós críticas em educação**, Organização: Dagmar Estermann Meyer & Marluce Alves paraíso. Belo Horizonte: Mazza Edições 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero, Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. 16(2) julho/dezembro.1990.

Universidade Federal de Sergipe, **Portaria nº 2209 de 18 de junho de 2013**, UFS, São Cristóvão, 2013.

ANEXOS

UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Pessoas Transexuais Matriculadas na Universidade Federal de Sergipe .

Pesquisador: ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS

Versão: 1

CAAE: 62325816.4.0000.5546

Instituição Proponente: Universidade Federal de Sergipe

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 122569/2016

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Pessoas Transexuais Matriculadas na Universidade Federal de Sergipe .
que tem como pesquisador responsável ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS, foi recebido para análise
ética no CEP UFS - Universidade Federal de Sergipe em 24/11/2016 às 11:24.

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

CEP: 49.060-110

E-mail: cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Pessoas Transexuais Matriculadas na Universidade Federal de Sergipe .

Pesquisador: ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 62325816.4.0000.5546

Instituição Proponente: Universidade Federal de Sergipe

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.873.921

Apresentação do Projeto:

Este projeto pertence ao programa de pós-graduação em educação da UFS e pretende estudar aspectos da transexualidade.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o processo de formação, acesso e permanência dos/das transexuais na Universidade Federal de Sergipe, refletindo sobre suas trajetórias de vida como estudantes universitários/as e as estratégias de enfrentamento e resistências das normas de gênero nos espaços acadêmicos.

Objetivo Secundário:

- Identificar e caracterizar os/as transexuais que se encontram matriculados/as na Universidade Federal de Sergipe
- Refletir sobre as trajetórias de vida das pessoas transexuais em processo formativo;
- Analisar as dificuldades na permanência das pessoas Transexuais na Universidade Federal de Sergipe.
- Verificar as alternativas utilizadas pelos/as transexuais como forma de resistência social e de permanência na UFS.
- Entender de que forma as políticas de acesso ao ensino superior percebem a pessoa transexual dentro da UFS.
- Identificar as políticas educacionais, que visem favorecer inclusão e permanência das pessoas trans na graduação e pós-graduação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Existe o risco mínimo de desconforto ao participante em falar sobre as temáticas de corpo, gênero

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.873.921

e sexualidades, identidade de gênero, transexualidade, ser gravado ou filmado e, disponibilizar seu tempo para a participação das etapas da pesquisa. Esse risco será atenuado pelo sigilo e pelos benefícios diretos e indiretos da pesquisa. Todo o procedimento de pesquisa descrito obedecerá rigorosamente a critérios éticos

estabelecidos pela legislação vigente que regulamenta a pesquisa com seres humanos.

Benefícios:

Como benefícios diretos, espera-se que os resultados dessa pesquisa contribuam para o participante desenvolver um melhor entendimento e reflexão sobre as questões de corpo, gênero e sexualidades, identidade de gênero e transexualidade, bem como essa pesquisa indiretamente contribuirá para a construção de novas políticas educacionais universalizantes e democráticas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A Pesquisa envolverá abordagem metodológica com entrevistas abertas, e análises das narrativas e das experiências das pessoas entrevistadas sob a ótica do pós-estruturalismo.

Será realizada revisão de literatura sobre a temática abordada e posteriormente as entrevistas com as pessoas Transexuais matriculadas em todos os campus da Universidade Federal de Sergipe com gravação das suas falas.

matriculados na universidade. Terminado o processo de coleta de dados a partir das entrevistas, serão feitas a análise dos conteúdos coletados

para assim poder se chegar as conclusões da pesquisa

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos devidamente apresentados.

Recomendações:

Não se aplica

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplica.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO 822812.pdf	24/11/2016 11:16:13		Aceito

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.873.921

Outros	Orcamento.pdf	24/11/2016 11:15:29	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	24/11/2016 11:00:46	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Carta_de_Revisao_etica.pdf	24/11/2016 10:57:30	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento.pdf	24/11/2016 10:55:43	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito
Outros	termo_de_responsabilidade_pelo_uso_d e_documentos.pdf	24/11/2016 10:53:46	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso.pdf	24/11/2016 10:52:43	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Carta_de_Anuencia.pdf	24/11/2016 10:50:26	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_escla recido.pdf	24/11/2016 10:47:08	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito
Outros	termo_de_autorizacao_para_utilizacao_ de imagem e som de voz.pdf	24/11/2016 10:44:25	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	Cronograma_Final.pdf	24/11/2016 10:42:11	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevista.pdf	24/11/2016 10:35:03	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Plataforma_Brasil .pdf	24/11/2016 10:28:38	ADRIANA LOHANNA DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 19 de Dezembro de 2016

Assinado por:
Anita Hermínia Oliveira Souza
(Coordenador)

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Telefone: (79)2105-1805

Município: ARACAJU

CEP: 49.060-110

E-mail: cephu@ufs.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Carta de Anuência para desenvolvimento de pesquisa

Autorizo a realização da pesquisa intitulada **“O PROCESSO DE FORMAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA DOS/DAS TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE”** com os/as estudantes da Universidade Federal de Sergipe e acesso aos documentos institucionais de domínio público que venham ser necessários, a ser desenvolvida pela pesquisadora Adriana Lohanna dos Santos, sob orientação do Professor Dr. Alfrancio Ferreira Dias.

Aracaju (SE), 28 de outubro de 2016

Angelo Roberto Antonioli
Reitor



CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Ao

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas

Universidade de Brasília

Senhor (a) Coordenador (a),

Eu, *Adriana Lohanna dos Santos*, RG nº 3.114.395-4/ ssp/SE, encaminho o projeto de pesquisa intitulado “Formação das Pessoas Transexuais na Universidade Federal de Sergipe: Enfrentamento e Resistência das Normas de Gênero no Espaço Acadêmico” para revisão ética por parte deste Comitê.

Natureza do projeto: Dissertação de *Mestrado*

Instituição a qual o projeto está vinculado: *Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe*

Pesquisador (a) responsável:

Link para o *lattes*: <http://lattes.cnpq.br/1417034313684223>

E-mail para contato: lohannafashion.com@hotmail.com

Orientador (a): Alfrâncio Ferreira Dias

Link para o *lattes*: <http://lattes.cnpq.br/1729817235900990>

E-mail para contato: diasalfrancio@hotmail.com

Equipe de pesquisa: -

Instituição onde será realizada a pesquisa: *Universidade Federal Sergipe*

Início da pesquisa/fase de coleta de dados: *[Janeiro/2017]*.

Eu me comprometo a iniciar a pesquisa/fase de coleta de dados apenas quando houver a aprovação ética de meu projeto de pesquisa por parte do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH).

São Cristóvão – SE, 28 de outubro de 2016

Adriana Lohanna dos Santos



Carta de Revisão Ética

Durante a coleta de dados, não haverá riscos à integridade física, moral e psicológica dos sujeitos, deveremos manter a discussão num patamar onde não haverá espaço para ofensas pessoais. Para tanto, será assegurado aos participantes o direito de parar a entrevista a qualquer momento e mesmo de solicitar a retirada de suas falas depois de finalizada a entrevista

Existe o risco mínimo de desconforto ao participante em falar sobre as temáticas de corpo, gênero e sexualidades, ser gravado ou filmado e, disponibilizar seu tempo para a participação das etapas da pesquisa. Esse risco será atenuado pelo sigilo e pelos benefícios diretos e indiretos da pesquisa. Todo o procedimento de pesquisa descrito obedecerá rigorosamente a critérios éticos estabelecidos pela legislação vigente que regulamenta a pesquisa com seres humanos. A entrevista seguirá técnica padrão cientificamente reconhecida. Serão preservados o sigilo das informações e a identidade dos participantes, sendo que os registros das informações poderão ser utilizados para fins exclusivamente científicos e divulgação em congressos e publicações científicas, resguardando-se sempre o anonimato dos participantes pelo pesquisador. As transcrições com os dados coletados serão mantidas por cinco anos e depois serão inutilizadas. Como benefícios diretos, espera-se que os resultados dessa pesquisa contribuam para o participante desenvolver um melhor entendimento e reflexão sobre as questões de corpo, gênero e sexualidades, bem como essa pesquisa indiretamente contribuirá para a construção de novas políticas educacionais universalizantes e democráticas.

Depois de finalizada as entrevistas, será encaminhada aos sujeitos a transcrição das falas, assegurando que eles estão livres para retirar trechos de sua participação. Além de deixar claro que nenhum deles será identificado, para isso utilizaremos códigos ou pseudônimos para garantir o sigilo.

Quanto aos benefícios, acreditamos que a partir das discussões e atividades realizadas nos grupos focais sobre a temática corpo, gênero e sexualidade, os futuros professores ressignificarão seus conhecimentos e vivências para a prática em sala de aula.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Adriana Lohanna dos Santos, declaro estar ciente da importância do cumprimento da Resolução CNS 466/12, que trata dos preceitos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, resguardando, dessa forma, a segurança e bem estar dos sujeitos recrutados para a pesquisa. Declaro também que os materiais e dados obtidos serão utilizados exclusivamente para os fins previstos no projeto intitulado “**Formação das Pessoas Transexuais na Universidade Federal de Sergipe: Enfrentamento e Resistência das Normas de Gênero no Espaço Acadêmico**” a ser desenvolvido na Universidade Federal de Sergipe.

Aracaju (SE), 28 de outubro de 2017

Adriana Lohanna dos Santos



Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz
para fins de pesquisa

Eu, _____, portador de RG nº _____ autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado (a) no projeto de pesquisa intitulado “Formação das Pessoas Transexuais na Universidade Federal de Sergipe: Enfrentamento e Resistência das Normas de Gênero no Espaço Acadêmico, sob responsabilidade de *Adriana Lohanna dos Santos*, vinculada ao Programa de pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para *análise por parte da equipe de pesquisa*.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o (a) pesquisador (a) responsável pela pesquisa e a outra com o (a) participante.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Aracaju, ____ de _____ de _____



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“Formação das Pessoas Transexuais na Universidade Federal de Sergipe: Enfrentamento e Resistência das Normas de Gênero no Espaço Acadêmico”**, de responsabilidade de *Adriana Lohanna dos Santos*, aluna de *Mestrado* da *Universidade Federal de Sergipe*, sob a orientação do prof. Dr. Alfrâncio Ferreira Dias. O objetivo desta pesquisa é Analisar o processo de formação, acesso e permanência dos/das transexuais na Universidade Federal de Sergipe, refletindo sobre suas trajetórias de vida como estudantes universitários/as e as estratégias de enfrentamento e resistências das normas de gênero nos espaços acadêmicos. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista. É para este procedimento que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Existe o risco mínimo de desconforto ao participante em falar sobre as temáticas de corpo, gênero e sexualidades, identidade de gênero, transexualidade, ser gravado ou filmado e, disponibilizar seu tempo para a participação das etapas da pesquisa. Esse risco será atenuado pelo sigilo e pelos benefícios diretos e indiretos da pesquisa. Todo o procedimento de pesquisa descrito obedecerá rigorosamente a critérios éticos estabelecidos pela legislação vigente que regulamenta a pesquisa com seres humanos. A entrevista seguirá técnica padrão cientificamente reconhecida. Serão preservados o sigilo das informações e a identidade dos participantes, sendo que os registros das informações poderão ser utilizados para fins exclusivamente científicos e divulgação em congressos e publicações científicas, resguardando-se sempre o anonimato dos participantes pelo pesquisador. As transcrições com os dados coletados serão mantidas por cinco anos e depois serão inutilizadas. Como benefícios diretos, espera-se que os resultados dessa pesquisa contribuam para o participante desenvolver um melhor entendimento e reflexão sobre as questões de corpo, gênero e sexualidades, identidade de

gênero e transexualidade, bem como essa pesquisa indiretamente contribuirá para a construção de novas políticas educacionais universalizantes e democráticas.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 79-998736189 ou pelo e-mail lohannafashion.com@hotmail.com

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de *e-mail*, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe - CEP/UFS. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidas através do e-mail do CEP/IH cephu@ufs.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Identificação do participante

Nome: _____

RG: _____ Órgão emissor: _____ Data de nascimento: ____/____/____

Estando de acordo, assinam o presente termo de consentimento em 02 (duas) vias.

Assinatura do (a) participante

Adriana Lohanna dos Santos

Aracaju, ____ de _____ de _____



**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE INFORMAÇÕES E CÓPIAS DE
DOCUMENTOS
PARA FINS DE PESQUISA**

Adriana Lohanna dos Santos, portadora do documento de identificação de 3.114.395-4/ssp-SE e do CPF nº 014.200.075-21, domiciliada à rua Via férrea, 85B, Condomínio Alamedas de Aracaju, Bloco 12, Apartamento 108, Cep: 49040-690 - *Aracaju-SE*.

DECLARA estar ciente:

- a) De que os documentos aos quais solicitou acesso e/ou cópias são custodiados pela Universidade *Federal de Sergipe*.
- b) Da obrigatoriedade de, por ocasião da divulgação, se autorizada, das referidas reproduções, mencionar sempre que os respectivos documentos em suas versões originais pertencem ao acervo da Universidade *Federal de Sergipe*;
- c) De que as cópias dos documentos objetos deste termo não podem ser repassadas a terceiros;
- d) Das restrições a que se referem os art. 4 e 6 da Lei nº 8.159 de 08.01.1991 (Lei de Arquivos); da Lei nº 9610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais); dos art. 138 e 145 do Código Penal, que prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação; bem como da proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à honra e à imagem de terceiros;
- e) De que a pessoa física ou jurídica, responsável pela utilização dos documentos, terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir da divulgação das informações contidas nos documentos bem como do uso das cópias fornecidas, eximindo, consequentemente, de qualquer responsabilidade, *Instituto Federal de Sergipe*.

DECLARA igualmente que as informações e as cópias fornecidas serão utilizadas exclusivamente por *Adriana Lohanna dos Santos* para fins de pesquisa no âmbito do projeto **“Formação das Pessoas Transexuais na Universidade Federal de Sergipe: Enfrentamento e Resistência das Normas de Gênero no Espaço Acadêmico”**, vinculado ao *Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe*.

Aracaju, 28 de outubro de 2016.

Assinatura da pesquisadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Eu, Adriana Lohanna dos Santos, mestranda do programa de pós-graduação de em educação pela Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão- SE, estou realizando uma pesquisa de campo, cujo objetivo é analisar o processo de escolarização e permanência dos/das transexuais na Universidade Federal de Sergipe, refletindo sobre suas trajetórias de vida como estudantes universitários/as. Sua participação envolve responder a um questionário.

Quanto a publicação dos resultados da pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Perfil do entrevistado:

Nome:

Idade:

Sexo Biológico: () M () F

Gênero: () F () M () Outros

Identidade de Gênero: () Travesti () Transexual

Orientação Sexual: () Heterossexual

() Homossexual

() Bissexual

Religião : () Católica () Evangélica () Umbanda () Candomblé () Espírita

Etnia : () Branca () Parda () Negra () Indígena

Algumas questões de pesquisa

- 1- Como foi seu processo de formação escolar, suas experiências escolares até a sua chegada à universidade?
- 2- E sua Chegada a UFS como foi? Conte-me qual a importância deste momento em sua vida?
- 3- Como está sendo seu processo formativo aqui na UFS? Como é seu dia-a-dia de estudante?

- 4- Quais as dificuldades encontradas como estudante transexual na Universidade Federal de Sergipe?
- 5- Quais aspectos positivos e negativos que você percebe como estudante universitária transexual?
- 6- Quais as estratégias de resistência que você utiliza para fugir dos preconceitos na universidade?
- 7- Você conhece na universidade políticas públicas voltadas ao atendimento ao público transexual?

Agradeço por sua colaboração em minha pesquisa.

*Adriana Lohanna
Mestranda em educação*